

Nufarm Indústria
Química e
Farmacêutica S.A.

**Demonstrações financeiras em
31 de julho de 2017 e 2016**

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultados	8
Demonstrações de resultados abrangentes	9
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às demonstrações financeiras	12



KPMG Auditores Independentes
Rua Desembargador Leite Albuquerque, 635
Sala 501 e 502 - Aldeota
60150-150 - Fortaleza/CE - Brasil
Telefone +55 (85) 3307-5100, Fax +55 (85) 3307-5101
www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Aos Conselheiros e Diretores da
Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
Maracanaú - CE

Opinião com ressalva

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. (Companhia), identificadas como controladora e consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de julho de 2017 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto de comparabilidade descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva", as demonstrações financeiras individuais e consolidadas acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira individual e consolidada da Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. (Companhia) em 31 de julho de 2017, o desempenho individual e consolidado de suas operações e os seus fluxos de caixa individuais e consolidados para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião com ressalva

Em 31 de dezembro de 2015, a Companhia havia celebrado contrato de securitização de recebíveis (CRA - Certificados de Recebíveis de Agronegócio e FIDC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), tendo como objeto a cessão, de forma irrevogável e irretratável, de Direitos Creditórios representativos do lastro de Certificados de Recebíveis do Agronegócio. Em decorrência dessa transação a Companhia havia incorrido em custos financeiros no montante de R\$ 27.415 mil, que haviam sido registrados como despesas antecipadas, no balanço patrimonial individual e consolidado, ao invés de terem sido contabilizados diretamente no resultado do exercício findo em 31 de julho de 2015.



Durante o exercício de 31 de dezembro de 2016, a Companhia efetuou a baixa integral deste saldo diretamente no resultado, sem ter procedido à retificação dos valores correspondentes, conforme requerido pelo CPC 23 - Políticas Contábeis, Mudança de Estimativa e Retificação de Erro. Em decorrência desse assunto, os lucros do exercício, individual e consolidado, de 31 de julho de 2016 estão apresentados a menor em R\$ 18.094 mil, líquido dos efeitos tributários, respectivamente. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras do período corrente inclui modificação em decorrência do efeito desse assunto sobre a comparabilidade dos valores do período corrente e valores correspondentes.

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas". Somos independentes em relação à Companhia e sua controlada, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião com ressalva sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras individuais e consolidadas

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia e suas controlada ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.



Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia e suas controlada.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia e suas controlada. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia e suas controlada a não mais se manterem em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras individuais e consolidadas representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.
- Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, conseqüentemente, pela opinião de auditoria.



Comunicamo-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Fortaleza, 10 de novembro de 2017

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6

A handwritten signature in blue ink, appearing to read 'Elardo'.

Elardo Araujo Lopes Vieira
Contador CRC SP-241582/O-1 T-CE

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Balanços patrimoniais em 31 de julho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Ativo	Nota	Controladora		Consolidado		Passivo	Nota	Controladora		Consolidado	
		2017	2016	2017	2016			2017	2016	2017	2016
Circulante											
Caixa e equivalentes de caixa	9	31.992	104.610	36.429	106.370	Fornecedores	21	506.927	443.425	516.173	448.824
Aplicações financeiras	10	1.843	-	1.843	-	Empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	22	317.964	255.042	328.609	266.932
Contas a receber de clientes	11	831.735	680.068	856.311	696.664	Financiamentos de tributos	23	3.078	1.937	3.078	1.937
Estoques	12	271.706	267.305	280.443	279.173	Empréstimos - Partes relacionadas	13	59.110	66.183	59.110	66.909
Impostos a recuperar	14	61.336	53.408	62.363	54.255	Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	24	32.275	24.251	36.281	25.632
Adiantamentos		1.312	1.534	1.313	1.711	Juros sobre capital próprio		38.310	21.653	18.419	21.653
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	13	9.989	10.045	9.989	10.045	Adiantamentos de clientes		18.294	62.978	38.310	63.034
Outros créditos	15	10.978	13.615	11.093	13.809	Outras contas a pagar	25	48.712	25.169	48.712	26.633
		<u>1.220.891</u>	<u>1.130.585</u>	<u>1.259.784</u>	<u>1.162.027</u>			<u>1.024.670</u>	<u>900.638</u>	<u>1.048.692</u>	<u>921.554</u>
Não circulante											
Aplicação financeira	10	19.283	17.147	19.283	17.147	Fornecedores	21	9.073	11.192	9.073	11.192
Contas a receber de clientes	11	211.586	153.509	211.586	153.509	Empréstimos e financiamentos com instituições financeiras	22	90.510	131.531	90.571	131.630
Impostos a recuperar	14	52.706	54.401	52.706	54.401	Financiamentos de tributos	23	5.661	6.050	5.661	6.050
Ativo fiscal diferido	17	39.138	59.328	35.645	56.784	Provisão para contingências	26	290	5.278	290	5.278
Depósitos judiciais	16	8.874	10.289	8.874	10.289	Outras contas a pagar	25	-	15.032	-	15.032
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	13	11.678	12.081	11.678	12.081			<u>105.534</u>	<u>169.083</u>	<u>105.595</u>	<u>169.182</u>
Bens destinados a venda		5.231	4.648	5.231	4.648	Patrimônio líquido					
Outros créditos	15	1.150	7.647	1.150	7.693	Capital social	27	793.289	793.289	793.289	793.289
		<u>349.646</u>	<u>319.050</u>	<u>346.153</u>	<u>316.552</u>	Reservas de capital	27	(14.512)	(11.602)	(14.512)	(11.601)
Realizável a longo prazo											
Imobilizado	19	57.010	52.671	58.229	54.113	Reservas de lucros	27	39.337	31.508	39.337	31.508
Investimentos	18	57.647	79.970	41.620	65.148	Outros resultados abrangentes	27	-	(1.187)	-	(1.187)
Intangíveis	20	73.209	73.093	92.098	92.785	Prejuízos acumulados	27	(189.915)	(226.361)	(189.915)	(226.361)
		<u>537.512</u>	<u>524.784</u>	<u>538.100</u>	<u>528.598</u>			<u>628.199</u>	<u>585.648</u>	<u>628.199</u>	<u>585.648</u>
Total ativo não circulante											
		<u>537.512</u>	<u>524.784</u>	<u>538.100</u>	<u>528.598</u>	Participação acionistas não controladores					
								-	-	15.398	14.241
Ativo total											
		<u>1.758.403</u>	<u>1.655.369</u>	<u>1.797.884</u>	<u>1.690.624</u>	Passivo total					
		<u>1.758.403</u>	<u>1.655.369</u>	<u>1.797.884</u>	<u>1.690.624</u>			<u>1.758.403</u>	<u>1.655.369</u>	<u>1.797.884</u>	<u>1.690.624</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de julho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

		Controladora		Consolidado	
	Nota	2017	2016	2017	2016
Receita de vendas	28	1.708.522	1.542.813	1.753.237	1.576.591
Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas	29	<u>(1.216.883)</u>	<u>(1.133.139)</u>	<u>(1.242.919)</u>	<u>(1.153.856)</u>
Lucro bruto		<u>491.639</u>	<u>409.674</u>	<u>510.318</u>	<u>422.735</u>
Outras receitas	30	31.681	27.237	32.875	28.262
Despesas de vendas	31	(194.686)	(144.659)	(198.894)	(148.005)
Administrativas e gerais	32	(101.124)	(68.190)	(108.648)	(75.505)
Despesas tributárias		(10.998)	(5.898)	(11.191)	(5.929)
Outras despesas	33	(8.534)	(9.897)	(8.534)	(9.897)
Resultado de equivalência patrimonial		<u>1.757</u>	<u>582</u>	<u>1.757</u>	<u>582</u>
Resultado antes das receitas (despesas) financeiras líquidas e impostos		<u>209.735</u>	<u>208.849</u>	<u>217.683</u>	<u>212.243</u>
Receitas financeiras	34	44.992	69.979	46.746	75.078
Despesas financeiras	34	<u>(169.975)</u>	<u>(242.381)</u>	<u>(173.492)</u>	<u>(248.091)</u>
Despesas financeiras líquidas		<u>(124.983)</u>	<u>(172.402)</u>	<u>(126.746)</u>	<u>(173.013)</u>
Resultado antes dos impostos		<u>84.752</u>	<u>36.447</u>	<u>90.936</u>	<u>39.230</u>
Imposto de renda e contribuição social diferidos	17	(17.401)	2.223	(18.350)	1.273
Incentivo lucro da exploração		516	326	516	327
Imposto de renda e contribuição social correntes		<u>(3.996)</u>	<u>(877)</u>	<u>(5.786)</u>	<u>(1.571)</u>
Lucro do exercício		<u>63.871</u>	<u>38.119</u>	<u>67.316</u>	<u>39.259</u>
Resultado atribuído para					
Acionistas controladores		63.871	38.119	63.871	38.119
Acionistas não controladores		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>3.445</u>	<u>1.140</u>
Lucro líquido do exercício		<u>63.871</u>	<u>38.119</u>	<u>67.316</u>	<u>39.259</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações de resultados abrangentes

Exercícios findos em 31 de julho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Lucro líquido do exercício	<u>63.871</u>	<u>38.119</u>	<u>67.316</u>	<u>39.259</u>
Hedge de fluxo de caixa - parcela efetiva das mudanças de valor justo	<u>1.187</u>	<u>3.515</u>	<u>1.187</u>	<u>3.515</u>
Resultado abrangente total	<u>65.058</u>	<u>41.634</u>	<u>68.503</u>	<u>42.774</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de julho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

Nota	Capital social	Reserva de capital		Reserva de lucros	Outros resultados abrangentes	Prejuízos acumulados	Total controladora	Acionistas não controladores	Total consolidado
		Incentivos fiscais	Opção de Compra	Incentivos fiscais					
Saldos em 1º de agosto de 2016	793.289	3.431	(12.171)	-	(4.702)	(207.496)	572.351	15.512	587.863
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	38.119	38.119	1.140	39.259
Reserva de incentivos fiscais	27	-	-	31.508	-	(31.508)	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	3.515	-	3.515	-	3.515
Put options	27	-	(2.862)	-	-	-	(2.862)	-	(2.862)
Distribuição de juros sobre capital próprio	-	-	-	-	-	(25.475)	(25.475)	-	(25.475)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	(2.411)	(2.411)
Saldos em 31 de julho de 2016	793.289	3.431	(15.033)	31.508	(1.187)	(226.360)	585.648	14.241	599.889
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	63.871	63.871	3.446	67.317
Reserva de incentivos fiscais	27	-	-	7.829	-	(7.829)	-	-	-
Hedge de fluxo de caixa	-	-	-	-	1.187	-	1.187	-	1.187
Put options	27	-	(2.910)	-	-	-	(2.910)	-	(2.910)
Distribuição de juros sobre capital próprio	27	-	-	-	-	(19.597)	(19.597)	-	(19.597)
Participação de acionista não controlador	-	-	-	-	-	-	-	(2.289)	-
Saldos em 31 de julho de 2017	793.289	3.431	(17.943)	39.337	-	(189.915)	628.199	15.398	643.597

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.

Demonstrações dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 31 de julho de 2017 e 2016

(Em milhares de Reais)

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fluxo de caixa das atividades operacionais				
Lucro líquido do exercício	63.871	38.119	67.316	39.259
Ajustado por :				
Depreciação e amortização	6.981	5.767	8.165	6.893
Alienação e/ou baixa de imobilizado, diferido e intangível	7	2.023	219	1.968
Variação cambial por competência	(2.947)	32.168	(2.947)	32.168
Rendimento de aplicações financeiras	-	(961)	-	(961)
Imposto de renda e contribuição social corrente e diferido	20.190	(2.224)	22.928	(1.275)
Provisão para redução do valor recuperável do contas a receber	(13.286)	(11.411)	(13.420)	(11.113)
Ajuste a valor presente	(28.545)	41.010	(28.545)	41.010
Provisão para contingências	(4.988)	(2.173)	(4.988)	(2.173)
Provisão para rebates	726	1.837	726	1.837
Provisão para fretes	(2.725)	(3.303)	(2.725)	(3.303)
Equivalência patrimonial	1.757	582	1.757	582
Despesas de juros	52.286	41.177	53.822	42.635
	<u>93.327</u>	<u>142.611</u>	<u>102.308</u>	<u>147.527</u>
Variações:				
Contas a receber de clientes	(193.436)	(336.426)	(201.042)	(339.270)
Aplicações Financeiras	(3.979)	-	(3.979)	-
Estoques	(4.401)	(45.286)	(1.270)	(44.460)
Impostos a recuperar	(6.233)	(15.255)	(6.413)	(15.450)
Adiantamentos	222	(607)	222	(484)
Outros créditos	9.134	76.565	9.435	75.059
Depósitos judiciais	1.415	198	1.415	198
Bens destinados a venda	(583)	746	(583)	746
Fornecedores	81.271	60.160	84.879	58.399
Fornecedores - Partes relacionadas	(19.739)	(52.905)	(19.739)	(52.905)
Financiamento de tributos	752	2.157	752	2.157
Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias	8.014	(7.619)	8.959	(4.296)
Adiantamentos de clientes	(44.686)	56.126	(44.617)	56.110
Dividendos/lucros a pagar	-	-	(2.548)	(1.115)
Imposto de renda e contribuição social corrente	-	-	-	161
Pagamento de imposto de renda e contribuição social	10	2.682	(99)	-
Outras contas a pagar	7.571	312	7.571	312
	<u>(164.668)</u>	<u>(259.152)</u>	<u>(167.057)</u>	<u>(264.838)</u>
Fluxo de caixa utilizado das atividades operacionais	<u>(71.341)</u>	<u>(116.541)</u>	<u>(64.749)</u>	<u>(117.311)</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimento				
Aquisição de investimento	1.187	3.515	1.187	3.515
Redução de empréstimos concedidos - partes relacionadas	1.833	4.352	1.833	4.352
Aumento/diminuição de investimentos	17.655	(43.883)	17.655	(43.883)
Aquisição de imobilizado	(9.301)	(10.139)	(9.671)	(10.556)
Aquisição de intangível	(2.138)	(6.115)	(2.138)	(6.115)
Fluxo de caixa proveniente/usado nas atividades de investimento	<u>9.236</u>	<u>(52.270)</u>	<u>8.866</u>	<u>(52.687)</u>
Fluxo de caixa das atividades de financiamento				
Pagamento de empréstimos e financiamentos	(502.430)	(467.493)	(512.533)	(476.368)
Empréstimos e financiamentos tomados	548.223	583.307	554.781	594.854
Juros pagos	(54.245)	(37.216)	(54.245)	(37.216)
Empréstimos de partes relacionadas	(2.061)	(3.411)	(2.061)	(3.411)
Fluxo de caixa proveniente/usado nas atividades de financiamento	<u>(10.513)</u>	<u>75.187</u>	<u>(14.058)</u>	<u>77.859</u>
Diminuição de caixa e equivalente de caixa	<u>(72.618)</u>	<u>(93.624)</u>	<u>(69.941)</u>	<u>(92.139)</u>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	104.610	198.234	106.370	198.509
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	<u>31.992</u>	<u>104.610</u>	<u>36.429</u>	<u>106.370</u>
	<u>(72.618)</u>	<u>(93.624)</u>	<u>(69.941)</u>	<u>(92.139)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em milhares de Reais, exceto quando indicado)

1 Contexto operacional

A Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 1961, com sede na Avenida Parque Sul, nº 2.138, 1º Distrito Industrial de Maracanaú - Ceará.

A atividade preponderante da Companhia é a produção e comercialização de defensivos agrícolas, fitossanitários, domissanitários, adubos e fertilizantes. Além disso, possui participação na empresa Atlântica Sementes S.A. desde novembro de 2013, conforme apresentado na nota explicativa nº 2.

A Companhia opera com centros de distribuição nos estados do Ceará, São Paulo, Rio Grande do Sul, Paraná, Mato Grosso, Tocantins, Bahia e Goiás com a finalidade de melhor atender aos clientes da linha de consumo, além de facilitar a movimentação de produtos acabados e contribuir para melhor armazenagem dos produtos. A Companhia oferece ao agricultor um amplo portfólio para culturas de citros, cana de açúcar, café, milho, tomate, feijão, soja, algodão, batata e pastagem.

2 Entidades do grupo

Segue abaixo as informações sobre a controlada da Companhia:

	País	Participação acionária (%)			
		31/07/2017		31/07/2016	
		Direta	Indireta	Direta	Indireta
Atlântica Sementes S.A.	Brasil	51%	-	51%	-

Atlântica Sementes S.A.

A Companhia possui 51% de participação no capital social da Atlântica Sementes S.A., companhia de capital fechado, tem sua sede à Rua João Negrão, 731, conjunto 1801, centro, Curitiba-PR. Constituída em 17 de junho de 2003 como sociedade limitada e transformada em sociedade anônima de capital fechado em 11 de março de 2013.

A Matriz está instalada em Curitiba, Estado do Paraná, e coordena todas as atividades da Companhia. Em Rio Verde, Estado de Goiás, estão instalados os campos de produção de sementes. A Companhia tem por objeto social:

- Produção, comercialização e distribuição de sementes, produtos e serviços para a agricultura;
- Comércio em geral, importação, exportação de sementes e produtos para a agricultura;
- Pesquisa e assessoramento técnico em geral;
- Realizar quaisquer atividades relativas, complementares, afins ou necessárias à consecução de seu objeto social.

- (e) Investir em outras sociedades.

3 Base de preparação

Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil (BR GAAP).

A emissão das demonstrações financeiras da Companhia para o exercício findo em 31 de julho de 2017 foi autorizada pelos membros do Conselho de Administração em 10 de novembro de 2017.

4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentados em Real, que é a moeda funcional da Companhia. Todos os saldos foram arredondados para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

5 Uso de estimativas e julgamentos

Na preparação destas demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a Administração utilizou julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis da Companhia para a contabilização dos valores reportados dos ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

a. Julgamentos

As informações sobre julgamentos realizados na aplicação das políticas contábeis que têm efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras individuais e consolidadas estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 2** - Consolidação: Determinação se a Companhia detém de fato controle sobre uma investida.
- **Nota 18** - FIDC: Determinação se a Companhia detém de fato controle sobre este investimento.
- **Nota 27** - Patrimônio Líquido (*Hedge Accounting*): A identificação de relações de hedge entre objetos protegidos e os instrumentos de proteção (instrumentos financeiros derivativos e/ou não derivativos) envolve julgamentos críticos relacionados à efetiva existência da relação de proteção e de sua efetividade. A Companhia avalia continuamente o alinhamento entre as relações de hedge identificadas e os objetos e estratégia de sua política de gestão de risco.

b. Incertezas sobre premissas e estimativas:

As informações sobre as incertezas relacionadas a premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material no exercício a findar-se em 31 de julho de 2017 estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- **Nota 11** - Contas a receber de clientes (provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber);
- **Nota 17** - Ativo fiscal diferido;

- **Nota 20** - Amortização do Intangível
- **Nota 26** - Provisão para contingências;
- **Nota 35** - Instrumentos financeiros (valorização dos instrumentos financeiros).

6 Base de mensuração

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em milhares de reais (“R\$ mil”), e foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor, com exceção dos seguintes itens reconhecidos no balanço patrimonial:

- os instrumentos financeiros derivativos que são mensurados pelo valor justo;
- os instrumentos financeiros não-derivativos designados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo;

7 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes a seguir têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras individuais e consolidadas.

a. Base de consolidação

(i) Participação de acionistas não-controladores

Para cada combinação de negócios, a Companhia elege mensurar qualquer participação de não-controladores na adquirida. Na incorporação da Atlântica Sementes S.A., a participação de não controladores foi valorizada com base na participação proporcional dos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

Mudanças na participação da Companhia em uma subsidiária que não resultem em perda de controle são contabilizadas como transações de patrimônio líquido.

(ii) Controlada

As demonstrações financeiras da controlada é incluída nas demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o controle deixa de existir. As políticas contábeis de controlada estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas demonstrações financeiras individuais da controladora as informações financeiras da controlada é reconhecida através do método de equivalência patrimonial.

(iii) Perda de controle

Quando da perda de controle, a Companhia desreconhece os ativos e passivos da controlada, qualquer participação de não-controladores e outros componentes registrados no patrimônio líquido referentes a essa controlada.

Qualquer ganho ou perda originado pela perda de controle é reconhecido no resultado. Se a Companhia retém qualquer participação na antiga subsidiária, então essa participação é mensurada pelo seu valor justo na data em que há a perda de controle.

(iv) *Transações eliminadas na consolidação*

Saldos e transações intragrupo, e quaisquer receitas ou despesas não realizadas derivadas de transações intragrupo, são eliminados na preparação das demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados, oriundos de transações com investidas registradas por equivalência patrimonial, são eliminados contra o investimento na proporção da participação da Companhia na investida. Perdas não realizadas são eliminadas da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente na extensão em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Receita operacional

(i) *Venda de bens*

A receita operacional da venda de bens no curso normal das atividades é medida pelo valor justo da contraprestação recebida ou a receber.

A receita operacional é reconhecida quando existem evidências convincentes de que: (i) os riscos e benefícios mais significativos inerentes à propriedade dos bens foram transferidos para o comprador; (ii) for provável que os benefícios econômicos financeiros fluirão para a Companhia; (iii) os custos associados e a possível devolução de mercadorias possam ser estimados de maneira confiável; (iv) não haja envolvimento contínuo com os bens vendidos; (v) o valor da receita operacional possa ser mensurado de maneira confiável.

Caso seja provável a concessão de descontos e seu valor possa ser mensurado de maneira confiável, o desconto é reconhecido como uma redução da receita operacional no momento em que as vendas são reconhecidas.

c. Subvenção e assistência governamental

Subvenções governamentais são reconhecidas no resultado quando há segurança razoável de que a subvenção será recebida e que as condições estabelecidas para o benefício estão sendo cumpridas pela Companhia.

Posteriormente, são destinadas para reserva de incentivos fiscais no patrimônio líquido.

d. Receitas financeiras e despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras da Companhia compreendem:

- Receita de juros;
- Despesa de juros;
- Receita de dividendos;
- Ganhos/perdas líquidos de variação cambial sobre ativos e passivos financeiros;
- Ganhos/perdas nos instrumentos derivativos que são reconhecidos no resultado;

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado através do método dos juros efetivos.

A receita de dividendos é reconhecida no resultado na data em que o direito da Companhia de receber o pagamento é estabelecido.

e. Moeda estrangeira

Transações em moeda estrangeira são convertidas para a respectiva moeda funcional da entidade pela taxa de câmbio nas datas das transações.

Ativos e passivos monetários denominados e apurados em moedas estrangeiras na data de apresentação são reconvertidas para a moeda funcional à taxa de câmbio apurada naquela data.

Ativos e passivos não monetários denominados em moedas estrangeiras são convertidos com base nas taxas de câmbio das datas das transações ou nas datas de avaliação ao valor justo quando este é utilizado. Itens não monetários que sejam medidos em termos de custos históricos em moeda estrangeira são convertidos pela taxa de câmbio na data da transação.

As diferenças de moedas estrangeiras resultantes na reconversão são reconhecidas no resultado, exceto quando a transação é qualificada e designada para contabilidade de hedge (*hedge accounting*).

f. Benefícios a empregados

Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são mensuradas em uma base não descontada e são incorridas como despesas conforme o serviço relacionado seja prestado.

O passivo é reconhecido pelo valor esperado a ser pago sob os planos de bonificação em dinheiro ou participação nos lucros de curto prazo se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva de pagar esse valor em função de serviço passado prestado pelo empregado, e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

g. Imposto de renda e contribuição social - Correntes e Diferidos

O imposto de renda e a contribuição social do exercício corrente e diferido são calculados com base nas alíquotas de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável excedente de R\$ 240 para imposto de renda e 9% sobre o lucro tributável para contribuição social sobre o lucro líquido, e consideram a compensação de prejuízos fiscais e base negativa de Contribuição Social, limitada a 30% do lucro real.

A Companhia é beneficiária de incentivos fiscais do imposto de renda.

(i) Corrente

A despesa de imposto de renda e contribuição social corrente é calculada com base nas leis e nos normativos tributários vigentes na data de encerramento do exercício, de acordo com os regulamentos tributários brasileiros. A Administração avalia periodicamente as posições assumidas na declaração de renda com respeito a situações em que a regulamentação tributária aplicável está sujeita à interpretação que possa ser eventualmente divergente e constitui provisões, quando adequado, com base nos valores que espera pagar ao Fisco.

(ii) Diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos ativos são reconhecidos na extensão de todas as diferenças temporárias e de créditos fiscais não utilizados, em que seja provável a existência de base tributável positiva, na qual as diferenças temporárias possam ser utilizadas e os prejuízos fiscais possam ser compensados. O imposto de renda e contribuição social diferidos passivos são reconhecidos para todas as diferenças tributárias temporárias.

O valor contábil do imposto de renda e da contribuição social diferidos ativos é revisto a cada data do balanço. Através dessa revisão é verificada a possibilidade de ajustes fundamentado nas perspectivas de lucros tributáveis de exercícios futuros, com base em testes de recuperabilidade.

Os montantes de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são compensados somente quando há um direito exequível legal de compensar os ativos fiscais circulantes contra os passivos fiscais circulantes e/ou quando o imposto de renda e a contribuição social diferidos ativos e passivos se relacionam com o imposto de renda e a contribuição social incidentes pela mesma autoridade tributária sobre a entidade tributável ou diferentes entidades tributáveis em que há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Os detalhes estão divulgados na Nota Explicativa nº 17.

h. Estoques

Os estoques são mensurados pelo menor valor entre o custo e o valor realizável líquido. O custo dos estoques é baseado no custo médio e inclui gastos incorridos na aquisição de estoques, custos de produção e transformação e outros custos incorridos para trazê-los às suas localizações e condições existentes. No caso dos estoques manufaturados e produtos em elaboração, o custo inclui uma parcela dos gastos gerais de fabricação baseado na capacidade operacional normal.

O valor realizável líquido é o preço estimado de venda no curso normal dos negócios, deduzido dos custos estimados de conclusão e despesas de vendas.

i. Imobilizado

(i) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (*impairment*) acumuladas.

O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. O custo de ativos construídos pela própria entidade inclui o custo de materiais e mão de obra direta, quaisquer outros custos para colocar o ativo no local e condição necessários para que esses sejam capazes de operar da forma pretendida pela Administração, além dos custos de empréstimos sobre ativos qualificáveis.

O *software* comprado que seja parte integrante da funcionalidade de um equipamento é capitalizado como parte daquele equipamento.

Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado.

Ganhos e perdas na alienação de um item do imobilizado são apurados pela comparação entre os recursos advindos da alienação com o valor contábil do imobilizado, e são reconhecidos líquidos dentro de outras receitas/despesas no resultado.

(ii) Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados apenas quando é provável que benefícios econômicos futuros associados com os gastos serão auferidos pela Companhia.

(iii) Depreciação

A depreciação é calculada para amortizar o custo de itens do ativo imobilizado, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens. A depreciação é reconhecida no resultado.

Ativos arrendados são depreciados pelo período que for mais curto entre o prazo do arrendamento e as suas vidas úteis, a não ser que esteja razoavelmente certo de que a Companhia irá obter a propriedade ao final do prazo do arrendamento. Terrenos não são depreciados.

As vidas úteis estimadas para o exercício corrente e comparativo são as seguintes:

Edificações	10-50 anos
Máquinas e equipamentos	10-25 anos
Instalações	10-50 anos
Móveis e utensílios	5-20 anos
Ferramentas e Laboratório	5-20 anos
Veículos	4-8 anos
Computadores e periféricos	5 anos

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

j. Ativos intangíveis e ágio

(i) Ágio

O ágio é mensurado ao custo, deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(ii) Pesquisa e desenvolvimento

Gastos em atividades de pesquisa são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

Os gastos de desenvolvimento são capitalizados somente se os custos de desenvolvimento puderem ser mensurados de maneira confiável, se o produto ou processo for tecnicamente e comercialmente viáveis, se os benefícios econômicos futuros forem prováveis, e se a Companhia tiver a intenção e recursos suficientes para concluir o desenvolvimento e usar ou vender o ativo.

Os demais gastos de desenvolvimento são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Após o reconhecimento inicial, os gastos de desenvolvimento capitalizados são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas por redução ao valor recuperável.

(iii) **Outros intangíveis**

Outros ativos intangíveis que são adquiridos pela Companhia e que têm vidas úteis finitas são mensurados pelo custo, deduzido da amortização acumulada e quaisquer perdas acumuladas por redução ao valor recuperável.

(iv) **Gastos subsequentes**

Os gastos subsequentes são capitalizados somente quando eles aumentam os benefícios econômicos futuros incorporados no ativo específico aos quais se relacionam. Todos os outros gastos são reconhecidos no resultado conforme incorridos.

(v) **Amortização**

A amortização é calculada para amortizar o custo de itens do ativo intangível, menos seus valores residuais estimados, utilizando o método linear baseado na vida útil estimada dos itens.

As vidas úteis estimadas para os exercícios corrente e comparativo são as seguintes:

Software	10 anos
Custos de desenvolvimento	5 anos
Marcas e Patentes	30 anos

Os métodos de amortização, as vidas úteis e os valores residuais são revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

k. Instrumentos financeiros

A Companhia classifica ativos financeiros não derivativos nas seguintes categorias: ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado, ativos mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis.

A Companhia classifica passivos financeiros não derivativos na categoria de outros passivos financeiros.

(i) **Ativos e passivos financeiros não derivativos - Reconhecimento e Desreconhecimento**

A Companhia reconhece os empréstimos e recebíveis inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros (incluindo os ativos designados pelo valor justo por meio do resultado) são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Companhia se torna uma das partes nas disposições contratuais do instrumento.

A Companhia desreconhece um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação na qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

A Companhia desreconhece um passivo financeiro quando sua obrigação contratual é retirada, cancelada ou expirada.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido é apresentado no balanço patrimonial quando a Companhia tenha o direito legal de compensá-los e a intenção de quitá-los em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

(ii) Ativos financeiros não derivativos - Mensuração

Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação, ou seja, designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado são mensurados pelo valor justo e mudanças no valor justo desses ativos, incluindo ganhos com juros e dividendos, são reconhecidas no resultado do exercício.

Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação diretamente atribuíveis. Após seu reconhecimento inicial, os ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

Empréstimos e recebíveis

Esses ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os empréstimos e recebíveis são medidos pelo custo amortizado através do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa compreendem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos, a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor e são utilizados na gestão das obrigações de curto prazo.

(iii) Passivos financeiros não derivativos - Mensuração

Passivos financeiros não derivativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo deduzidos de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são mensurados pelo custo amortizado utilizando o método dos juros efetivos.

(iv) Capital social

Ações ordinárias são classificadas como patrimônio líquido. Os dividendos mínimos obrigatórios, serão constituídos a alíquota de 25% conforme definido em estatuto.

(v) Instrumentos financeiros derivativos, incluindo contabilidade de hedge

A Companhia utiliza instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de proteção dos riscos relacionados a variação de moeda estrangeira nos contratos de financiamentos. Os instrumentos financeiros derivativos são inicialmente reconhecidos ao valor justo na data em que o contrato derivativo é firmado, sendo reavaliado subsequentemente também ao valor justo. Tais derivativos são apresentados como ativos financeiros quando o valor justo do instrumento for positivo, e como passivos financeiros quando o valor justo for negativo.

Quaisquer ganhos ou perdas resultantes da transação do valor justo dos derivativos durante o exercício são registrados diretamente na demonstração do resultado financeiro, exceto quando o derivativo for qualificado e designado para contabilidade de hedge de fluxo de caixa (*hedge accounting*).

No início da contabilidade de hedge, a Companhia elabora documentação formal da relação de hedge e do objetivo e estratégia da gestão de risco.

As relações de hedge que se qualificam como *hedge accounting* são:

Hedge de fluxo de caixa: quando se refere a hedge de exposição à variabilidade nos fluxos de caixa, que seja atribuível a um risco particular associado a um ativo ou passivo reconhecido ou a uma transação prevista altamente provável.

Para hedges qualificados como de fluxo de caixa, a Companhia designa instrumentos financeiros derivativos e não derivativos, sendo a parcela efetiva dos ganhos e perdas decorrentes das variações do valor justo reconhecida no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes e transferida para o resultado financeiro quando o item protegido for efetivamente realizado. A parcela não efetiva do hedge é registrada no resultado financeiro do período.

Quando um instrumento de hedge vence ou é liquidado antecipadamente, quando um hedge não atende mais aos critérios de contabilização de hedge ou quando a Administração decide revogar a designação de *hedge accounting*, o ganho ou perda acumulado permanece reconhecido no patrimônio na conta de outros resultados abrangentes. A reclassificação do ganho ou perda para o resultado é realizada quando a transação prevista ocorre, quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda acumulada no patrimônio é imediatamente transferido para a demonstração do resultado.

I. Redução ao valor recuperável (*impairment*)

(i) Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir: (i) o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor; (ii) a reestruturação do valor devido à Companhia em condições diferentes das consideradas em outras transações; e (iii) indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência.

Ativos financeiros mensurados pelo custo amortizado

A Companhia considera evidência de perda de valor de ativos mensurados pelo custo amortizado (para recebíveis e títulos de investimentos mantidos até o vencimento) tanto no nível individualizado como no nível coletivo. Ativos individualmente significativos são avaliados quanto a perda de valor específico. Ativos individualmente importantes são avaliados coletivamente quanto a perda de valor por agrupamento conjunto desses títulos com características de risco similares.

Ao avaliar a perda de valor recuperável de forma coletiva a Companhia utiliza tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto as premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

Uma perda por redução ao valor recuperável é calculada como a diferença entre o valor contábil e o valor presente dos futuros fluxos de caixa futuros estimados, descontados à taxa de juros efetiva original do ativo. As perdas são reconhecidas no resultado e refletidas em uma conta de provisão. Quando a Companhia considera que não há expectativas razoáveis de recuperação, os valores são baixados. Quando um evento subsequente indica uma redução da perda de valor, a redução na perda de valor é revertida através do resultado.

(ii) Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Companhia, que não o imposto de renda e contribuição social diferidos, são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, o valor recuperável do ativo é estimado. No caso do ágio, o valor é testado anualmente.

Uma perda por redução no valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder o seu valor recuperável.

O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor em uso e o valor justo menos despesas de venda. Ao avaliar o valor em uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados aos seus valores presentes através da taxa de desconto antes de impostos que reflita as condições vigentes de mercado quanto ao período de recuperabilidade do capital e os riscos específicos do ativo.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

Uma perda por redução ao valor recuperável relacionada a ágio não é revertida. Quanto a outros ativos, as perdas de valor recuperável são revertidas somente na condição em que o valor contábil do ativo não exceda o valor contábil que teria sido apurado, líquido de depreciação ou amortização, caso a perda de valor não tivesse sido reconhecida.

m. Provisões

As provisões são reconhecidas quando: (i) a Companhia tem uma obrigação presente ou não formalizada como resultado de eventos já ocorridos; (ii) é provável que uma saída de recursos seja necessária para liquidar uma obrigação; (iii) o valor puder ser estimado com segurança.

As provisões são mensuradas pelo valor presente dos gastos que devem ser necessários para liquidar a obrigação e o aumento decorrente da passagem do tempo é reconhecido como despesa financeira.

8 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações serão efetivas para exercícios iniciados ou após 1º de agosto de 2017 e não foram adotadas na preparação destas demonstrações financeiras. Aquelas que podem ser relevantes para a Companhia estão mencionadas abaixo. A Companhia não planeja adotar estas normas de forma antecipada.

a. IFRS 15 - Receita de Contratos com Clientes

A IFRS 15 (Receita de contratos com clientes) introduz uma nova estrutura para determinar se e quando uma receita é reconhecida e como ela deve ser mensurada. A IFRS 15 entra em vigor em 1º de agosto de 2018 e substitui as atuais normas relativas ao reconhecimento de receitas, incluindo o CPC 30 (IAS 18).

Para vendas de produtos, as receitas são atualmente reconhecidas quando as mercadorias são entregues na localidade do cliente, considerado como o momento em que o cliente aceita os bens e os riscos e benefícios relacionados à propriedade são transferidos. A receita é reconhecida neste momento desde que a receita e os custos possam ser mensurados de forma confiável, o recebimento da contraprestação seja provável e não haja envolvimento contínuo da administração com os produtos.

A Companhia iniciou o seu projeto de implementação e revisão dos termos significativos aos seus contratos de venda e distribuição e espera que não haja um impacto relevante na adoção da IFRS 15 em suas demonstrações financeiras. Entretanto uma avaliação detalhada dos impactos está sendo realizada e o grupo espera divulgar uma abertura das informações quantitativas adicionais antes da adoção da norma.

b. IFRS 9 - Instrumentos Financeiros

A IFRS 9 entra em vigor em 1º de janeiro de 2018 e substitui as orientações existentes na IAS 39 (CPC 38) Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 inclui novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros e a mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, bem como novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A nova norma mantém as orientações existentes sobre o reconhecimento e desreconhecimento de instrumentos financeiros da IAS 39.

O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas demonstrações financeiras da Companhia em 2018 não pode ser estimado com confiança, pois dependerá dos instrumentos financeiros que a Companhia detiver e das condições econômicas em 2018, bem como de decisões e julgamentos contábeis que a Companhia fará no futuro. A nova norma exigirá que a Companhia revise seus processos contábeis e controles internos relacionados à classificação e mensuração de instrumentos financeiros e seus impactos ainda estão sendo avaliados. Como parte do plano de transição da Companhia, as principais áreas de foco são:

(a) Classificação - Ativos financeiros

A IFRS 9 contém três categorias de classificação principais para ativos financeiros: mensurados pelo *custo amortizado*, *valor justo através de outros resultados abrangentes* e *valor justo por meio do resultado*. O padrão elimina as categorias existentes no IAS 39 de *mantidos até o vencimento*, *empréstimos e recebíveis* e *disponíveis para venda*.

(b) Impairment - Ativos financeiros e ativos contratuais

IFRS 9 substitui o modelo de *perda incorrida* no IAS 39 por um modelo prospectivo de *perda esperada de crédito*. Isso exigirá um considerável julgamento sobre como as mudanças na economia, bem como qualquer outro fator que possa impactar a probabilidade de inadimplência ou perda de crédito. O novo modelo de impairment se aplicará a ativos mensurados ao custo amortizado ou valor justo através de outros resultados abrangentes, exceto investimentos em instrumentos patrimoniais e ativos contratuais.

(c) **Contabilidade de hedge**

A IFRS 9 exigirá que a Companhia assegure que as operações de contabilidade de hedge estejam alinhadas com os objetivos e estratégias de gerenciamento de riscos da Companhia e que uma abordagem mais qualitativa e prospectiva de avaliação de sua efetividade seja aplicada. A IFRS 9 também introduz novos requerimentos de reequilíbrio de relações de hedge e proíbe a descontinuação voluntária da contabilidade de hedge.

A Companhia pretende aproveitar a isenção que lhe permite não reapresentar informações comparativas de períodos anteriores decorrentes das alterações na classificação e mensuração de instrumentos financeiros (incluindo perdas de crédito esperadas). As diferenças nos saldos contábeis de ativos e passivos financeiros resultantes da adoção da IFRS 9, serão geralmente reconhecidas nos lucros acumulados e reservas em 1º de janeiro de 2018.

(d) **IFRS 16 - Arrendamentos**

A IFRS 16 introduz um modelo único de contabilização de arrendamentos no balanço patrimonial para arrendatários. Um arrendatário reconhece um ativo de direito de uso que representa o seu direito de utilizar o ativo arrendado e um passivo de arrendamento que representa a sua obrigação de efetuar pagamentos do arrendamento. Isenções opcionais estão disponíveis para arrendamentos de curto prazo e itens de baixo valor. A contabilidade do arrendador permanece semelhante à norma atual, isto é, os arrendadores continuam a classificar os arrendamentos em financeiros ou operacionais.

A norma é efetiva para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2019. A adoção antecipada é permitida somente para demonstrações financeiras de acordo com as IFRSs e apenas para entidades que aplicam a IFRS 15 Receita de Contratos com Clientes em ou antes da data de aplicação inicial da IFRS 16.

A companhia iniciou uma avaliação inicial do potencial impacto em suas demonstrações financeiras. Até agora, o impacto mais significativo identificado é que a Companhia irá reconhecer novos ativos e passivos para os seus arrendamentos operacionais de armazéns e fábricas. Além disso, a natureza das despesas relacionadas a esses arrendamentos será alterada, pois a IFRS 16 substitui a despesa linear de arrendamento operacional por despesas de depreciação do direito de uso e juros sobre os passivos de arrendamento. A Companhia ainda não decidiu se utilizará as isenções opcionais. Não é previsto qualquer impacto significativo nos contratos de arrendamento financeiro da Companhia.

9 Caixa e equivalentes de caixa

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Caixa e equivalentes de caixa	<u>31.992</u>	<u>104.610</u>	<u>36.429</u>	<u>106.370</u>
Total	<u><u>31.992</u></u>	<u><u>104.610</u></u>	<u><u>36.429</u></u>	<u><u>106.370</u></u>

O caixa e os equivalentes de caixa compreendem disponibilidades em conta corrente bancária e caixa e aplicações de liquidez imediata.

As aplicações financeiras estão representadas, principalmente por instrumentos em renda fixa, remunerados à taxa média de 50% do CDI - Certificado de Depósito Interbancário (99,55% em 2016 - CDI). A modalidade de aplicação utilizada foi a compromissada com lastro de terceiros, sem IOF, para gestão de caixa de curto prazo, porém com taxas nominais menores que as operações com IOF.

Esses ativos estão destinados à negociação imediata, por essa razão, a Companhia os considerou como caixa e equivalentes de caixa, para fins de elaboração das demonstrações dos fluxos de caixa e, portanto, não existem diferenças entre os componentes de caixa e equivalentes de caixa apresentados nesta nota explicativa e os saldos considerados na demonstração do fluxo de caixa. Não existem saldos de caixa e equivalentes de caixa que não estejam disponíveis para uso imediato pela Companhia.

10 Aplicações financeiras

	Controladora e Consolidado	
	2017	2016
Aplicação Financeira CP	1.843	-
LFT - Pós-Fixado	19.283	17.147
Total	21.126	17.147
Circulante	1.843	-
Não circulante	19.283	17.147

A aplicação em letras financeiras do tesouro - LFT (título público federal) trata-se de um título pós-fixado, cuja remuneração é dada pela variação da taxa SELIC diária registrada entre a data de liquidação da compra e a data de vencimento do título.

A exposição da Companhia a riscos de taxa de juros e de mercado estão divulgadas na nota explicativa nº 34.

11 Contas a receber de clientes

Composição dos saldos

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Duplicatas a receber no país	938.733	716.360	962.094	730.101
Duplicatas a receber no exterior	-	-	1.998	2.392
Contas a receber - partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	6.163	5.459	6.006	6.682
Confissão de dívida	118.299	140.348	118.299	140.348
Cheques em cobrança	600	620	600	620
Acordo judicial	23.011	25.097	23.011	25.097
(-) Ajuste a valor presente	(14.319)	(11.854)	(14.319)	(11.854)
Subtotal	1.072.487	876.030	1.097.689	893.386
(-) Provisão para valor recuperável do contas a receber	(29.166)	(42.453)	(29.792)	(43.213)
Total	1.043.321	833.577	1.067.897	850.173
Circulante	831.735	680.068	856.311	696.664
Não circulante	211.586	153.509	211.586	153.509

Composição da carteira por idade de vencimento

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Duplicatas a vencer	904.640	610.282	928.609	623.538
Vencidas até 60 dias	20.175	47.977	20.487	48.537
Vencidas entre 61 a 120 dias	24.224	41.186	24.346	41.671
Vencidas entre 121 a 180 dias	1.634	1.848	1.823	2.644
Vencidas entre 181 a 360 dias	8.826	20.830	9.593	21.317
Vencidas há mais de 360 dias	106.825	148.448	106.825	148.996
Partes relacionadas	6.163	5.459	6.006	6.682
Total	1.072.487	876.030	1.097.689	893.385

O monitoramento da adequação da provisão para redução do valor recuperável de clientes é feito regularmente pela Administração, que faz uma análise global dos atrasos, avaliando o valor e as características dos créditos da Companhia e levando em consideração: (i) o conhecimento do mercado de atuação pela Administração; (ii) a performance individual dos clientes (iii) o cenário macroeconômico e climático; (iv) tempo de atraso e expectativa de perda futura; e (v) as garantias atreladas.

A Companhia possui garantias reais e seguro de crédito cobrindo aproximadamente 70% de sua carteira total e constitui provisão para redução ao valor recuperável para valores que apresentem risco efetivo de perda.

As perdas estimadas para provisão de perdas de crédito de liquidação duvidosa, deverá ser realizada se, e apenas se, existir evidência objetiva de perda no valor recuperável do ativo, após esgotadas todas tentativas de execução da dívida na esfera judicial e administrativa, pois a Companhia não registra perdas quando os créditos possuem garantia ou quando há outras evidências razoáveis de que os créditos serão recebidos. A Companhia mantém seu quadro jurídico voltado ao acompanhamento dos processos além de funcionários voltados para atividade de recuperação de crédito.

A movimentação da provisão para créditos de liquidação duvidosa é apresentada como segue:

	Controladora	Consolidado
Saldo em 1º de agosto de 2015	53.864	54.326
Constituição de provisão	8.078	8.378
Reversões/baixas	(19.489)	(19.491)
Saldo em 31 de julho de 2016	42.453	43.213
Constituição de provisão	30.071	30.793
Reversões/baixas	(43.358)	(44.214)
Saldo em 31 de julho de 2017	29.166	29.792

Ajuste a valor presente

O cálculo do valor presente do contas a receber de clientes é efetuado individualmente com base na taxa de juros que reflete o prazo e a moeda de cada transação. A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face do faturamento é considerada receita financeira e será apropriada com base no método do custo amortizado ao longo do prazo de vencimento da transação.

A taxa utilizada no cálculo do ajuste é revisada mensalmente, tomando como base o prazo negociado com o cliente e o período de carência concedido na transação, com a finalidade de identificar a taxa média praticada no período. Neste exercício as taxas médias utilizadas para cálculo do das duplicatas são as seguintes: (i) 1,17% a.m. (1,01% a.m. em 2016) para títulos em Reais e (ii) 0,60% a.m. (0,72% a.m. em 2016) para títulos em Dólar, mantendo o prazo médio de vencimento em 232 dias.

Para os títulos que tiveram seus vencimentos renegociados com o cliente o ajuste é revisado mensalmente, tomando como base as seguintes taxas: (i) 1,50% a.m. (1,01% a.m. em 2016) para títulos em Reais e (ii) 1,30% a.m. (0,72% a.m. em 2016) para títulos em Dólar, mantendo o prazo no último dia de cada mês.

Garantias

A Companhia atua como responsável subsidiária em operações de Crédito Rural (modalidade de financiamento), por meio de fiança em contratos firmados junto aos bancos Itaú, HSBC, Bradesco e Citi em favor de seus clientes, em montantes equivalentes ao valor dos financiamentos de R\$ 75.213 em 31 de julho de 2017 onde 99% deste valor está coberto por seguro de crédito (R\$ 53.841 em 2016). Vide informações adicionais sobre garantias na nota 21.b).

Riscos de crédito e de mercado, e perdas por redução ao valor recuperável

A exposição da Companhia a riscos de crédito e de mercado e perdas por redução ao valor recuperável relacionadas ao 'Contas a receber de clientes e outros recebíveis', está divulgada na nota explicativa 34.

12 Estoques

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Produtos acabados	59.188	55.538	67.925	67.406
Produtos em elaboração	13	6	13	6
Matérias-primas	34.347	67.761	34.347	67.761
Materiais de embalagens	4.805	5.356	4.805	5.356
Mercadoria para revenda	32.334	20.852	32.334	20.852
Produtos em trânsito	2.765	13.317	2.765	13.317
Importações em andamento	126.749	91.852	126.749	91.852
Estoque em poder de terceiros	11.505	12.623	11.505	12.623
Total	<u>271.706</u>	<u>267.305</u>	<u>280.443</u>	<u>279.173</u>

O ajuste a valor presente referente ao saldo de fornecedores que é proporcionalmente registrado nos estoques, está apresentado no montante R\$ 2.356 (R\$ 2.516 em 2016), como é exigido pelo CPC 12 - “ajuste a valor presente” e foi calculado a taxas anuais de 13,26% para fornecimentos no mercado nacional e 5,327% para os fornecimentos do mercado do exterior (mercado nacional 17,90% e mercado internacional 3,43% em 2016).

13 Partes relacionadas

Os principais saldos de ativos e passivos em 31 de julho de 2017 e 2016, bem como as transações que influenciaram o resultado dos exercícios, relativas a operações com partes relacionadas, decorrem, principalmente, de transações entre a Companhia e outras empresas ligadas direta ou indiretamente ao acionista controlador.

A seguir apresentamos a relação de empresas com as quais a Companhia mantém transação:

Partes relacionadas	Principal natureza das transações
Nufarm S.A. - Argentina	Empréstimos a título de mútuo com juros médios de 5,64% a.a. (5,76 % a.a. em 2016) e venda de produtos acabados;
Nufarm Austrália Limited	Compra de matéria-prima, aquisição de intangível em 2005 e recebimento de recursos a título de mútuos com juros médios de 4,98% a.a. (4,64% a.a. em 2016);
Nufarm Americas Inc.	Compra de matéria-prima;
Nufarm Chile	Venda de produtos acabados;
Nufarm Colômbia	Venda de produtos acabados;
Carlito Jacobs Los	Participação em Sociedades;
Nufarm New Zeland Limited	Compra de matéria-prima;
Nufarm GMBH & Co.KG	Compra de matéria-prima e aquisição de intangível (em 2005);
Nufarm do Brasil Ltda.	Aquisição de intangível (em 2005) com atualização de juros de 4,66% a.a. (4,66 % a.a. em 2016);
Nufarm Labuan PTE Ltd	Compra de matéria-prima;
Nufarm B.V.	Aquisição de intangível (em 2005) com atualização de juros de 4,66% a.a. (4,66 % a.a. em 2016);
Nufarm SAS (França)	Aquisição de intangível em 2005;
Nufarm Suisse Sarl	Compra de matéria-prima;
Nufarm Treasury PTY Ltd	Recebimento de recursos a título de mútuo com juros médio de 4,98% a.a. (4,64 % a.a. em 2016);
Nufarm Services	Compra de matéria-prima e produtos acabados;
Nufarm Crop Products UK Limited	Rateio das despesas globais da área de desenvolvimento de produtos;
Nufarm UK Limited	Rateio das despesas globais da área de desenvolvimento de produtos;
Nufarm Uruguay S.A.	Venda de produtos acabados;
Nufarm Portugal	Rateio de despesas;
Nuseed Global Innovation LTD	Participação em Sociedades;
Nuseed South América Ltda.	Rateio de despesas;
Beata Holdings Corp.	Holding;
Atlântica Sementes S.A	Participação em sociedades;
Richardson Seeds LTD	Compra de matéria-prima;
Nuseed PTY LTD	Compra de matéria- prima;
Nuseed S.A.	Contratação e Concessão de Fiança Bancária.

As operações entre as partes relacionadas, conforme já mencionado, são realizadas em condições vigentes à época de cada transação, onde os preços, prazos e condições praticados podem variar conforme o tipo de produto e o que foi negociado entre as partes. Nas operações de compra de matéria-prima, o pagamento é efetuado com prazo médio de 175 dias e nas demais operações, varia de acordo com o contrato.

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de julho de 2017 e 2016

Os saldos com as partes relacionadas podem ser identificados conforme segue:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Ativo circulante				
Contas a receber (nota explicativa 10)				
Nufarm S.A. - Argentina	3.964	2.315	3.964	2.315
Nufarm Chile	1.995	1.719	1.995	1.719
Nufarm Uruguay S.A.	-	982	-	982
Atlântica Sementes S.A.	204	443	-	-
Nuseed Global Innovation LTD.	-	-	47	85
Agripac Boliviana Cia. Ltda.	-	-	-	1.581
	6.163	5.459	6.006	6.682
Mútuos				
Nufarm S.A. - Argentina	4.585	4.052	4.585	4.052
Nuseed South América	5.404	4.416	5.404	4.416
Nufarm Austrália	-	1.577	-	1.577
	9.989	10.045	9.989	10.045
Ativo não-circulante				
Mútuo				
Nufarm S.A. - Argentina	11.678	12.081	11.678	12.081
	11.678	12.081	11.678	12.081
Passivo circulante				
Fornecedores				
Nufarm Austrália Limited	9.000	36.286	9.000	36.286
Nufarm Américas Inc.	1.410	-	1.410	-
Nufarm GMBH & Co.KG	22.295	17.743	22.295	17.743
Nufarm Labuan PTE Ltd	-	1.595	-	1.595
Nufarm New Zeland Limited	68	800	68	800
Nufarm Services	164.251	118.537	164.251	118.537
Nufarm Crop Products UK Limited	1.662	1.759	1.662	1.759
Nufarm Argentina	19	-	19	-
Nuseed PTY LTD	-	-	327	1
Nuseed S.A (Argentina)	-	-	206	-
Agripac Boliviana Cia. Ltda.	-	-	-	2.181
	198.705	176.720	199.238	178.902
Outras contas a pagar				
Nufarm B.V.	3.434	3.553	3.434	3.553
Nufarm do Brasil Ltda.	249	258	249	258
	3.683	3.811	3.683	3.811
Empréstimos				
Nufarm Austrália Limited	17.723	20.865	17.723	20.865
Nufarm Treasury PTY Ltd	41.387	45.318	41.387	45.318
Agripac Boliviana Cia Ltda.	-	-	-	556
Carlito Jacobs Los	-	-	-	171
	59.110	66.183	59.110	66.909
Fornecedores				
Nufarm SAS (França)	31	32	31	32
	31	32	31	32
Outras contas a pagar				
Nufarm do Brasil Ltda.	1.401	1.450	1.401	1.450
Nufarm B.V.	7.641	9.710	7.641	9.710
	9.042	11.160	9.042	11.160
Resultado				
Receita de venda				
Nufarm S.A. - Argentina	9.006	2.852	9.006	2.852
Nufarm Chile	4.017	2.038	4.017	2.038
Nufarm Colombia	1.743	-	1.743	-

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de julho de 2017 e 2016

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Atlântica Sementes S.A.	204	443	-	-
	14.970	5.333	14.766	4.890
CMV/CPV				
Nufarm S.A. - Argentina	(8.044)	(2.492)	(8.044)	(2.492)
Nufarm Chile	(3.226)	(1.639)	(3.226)	(1.639)
Nufarm Colombia	(1.694)	-	(1.694)	-
Atlântica Sementes S.A.	(125)	(301)	-	-
	(13.089)	(4.432)	(12.964)	(4.131)
Outras Receitas				
Nuseed Global Innovation LTD	-	-	763	835
Nufarm Australia Limited	5.836	4.259	5.836	4.259
	5.836	4.259	6.599	5.094
Receita de juros				
Nufarm S.A. - Argentina	689	820	689	820
Nuseed South América Ltda.	683	589	683	589
Atlântica Sementes S/A	-	642	-	-
	1.372	2.051	1.372	1.409
Receita de Dividendos				
Atlântica Sementes S/A	553	1.905	553	1.905
	553	1.905	553	1.905
Despesa de juros				
Nufarm Austrália Limited	(862)	(913)	(862)	(913)
Nufarm Treasury PTY Ltd	(2.013)	(2.123)	(2.013)	(2.123)
	(2.875)	(3.036)	(2.875)	(3.036)

Remuneração pessoal-chave da administração

No exercício findo em 31 de julho de 2017, a remuneração do pessoal-chave da administração, que contempla a Presidência e Diretores, totalizou R\$ 9.230 (R\$ 8.164 em 2016), e contempla apenas a remuneração direta, como salários, bônus e PPR (Programa de Participação no Resultado).

A Companhia não oferece ao seu pessoal-chave nenhum tipo de benefício pós-emprego ou outro que não seja de curto prazo, inclusive benefícios de aposentadoria e pensão.

14 Impostos a recuperar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS a recuperar	23.619	21.462	23.631	21.523
PIS/COFINS a recuperar	7.312	11.309	7.312	11.309
IRRF a recuperar	2.499	1.742	2.499	1.757
IPI a recuperar	45.672	46.941	45.672	46.941
Imposto de renda a recuperar	21.137	16.239	21.795	16.715
Outros - impostos a recuperar	13.803	10.116	14.160	10.411
Total	114.042	107.809	115.069	108.656
Circulante	61.336	53.408	62.363	54.255
Não Circulante	52.706	54.401	52.706	54.401

ICMS a recuperar

A Companhia registra créditos de ICMS sobre aquisições de matérias-primas, embalagens e outros insumos aplicados no processo produtivo e, por outro lado, possui os seguintes benefícios fiscais, nas vendas, em cada Estado que possui um Centro de Distribuição - CD:

CD-Localizado	Vendas dentro do Estado	Vendas fora do Estado
Ceará	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Mato Grosso	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
São Paulo	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Paraná	Diferido (alíquota zero)	Redução de 60% da base de cálculo
Bahia	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Tocantins	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo
Goiás	Isenta	Redução de 60% da base de cálculo

Com relação aos créditos de ICMS do Estado do Paraná, a Companhia continua requerendo as suas homologações para transferência a terceiros, baseadas na norma de procedimento fiscal nº 001/2009. No que se refere aos créditos de ICMS no Estado do Rio Grande do Sul, a Administração da Companhia vem intensificando as operações de venda para as regiões sul e sudeste, sobretudo para o estado do Paraná, de modo a realizar o referido saldo com os débitos de ICMS incidentes sobre essas operações

PIS e COFINS a recuperar

Créditos originários de compras de insumos e oriundos do programa REINTEGRA, instituído pelas Leis nº 12.546/2011 e nº 13.043/2014. A Administração utiliza montantes relevantes destes créditos através da compensação dos tributos incidentes sobre o lucro bem como dos demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, tais como os retidos na fonte.

IPI a recuperar

O significativo valor apresentado nessa conta é reflexo do reconhecimento em 2014 do valor de R\$ 40.269, relativo ao processo judicial de Crédito Prêmio de IPI, cuja decisão transitada em julgado reconhece o direito da Companhia a este crédito. As variações ocorridas entre os anos de 2016 e 2017 decorrem do procedimento usual de compensações de tributos federais com o crédito escriturado. Maiores informações estão divulgadas na nota explicativa nº 24.

As vendas dos produtos da Companhia, com exceção do Adesil, são beneficiadas pela alíquota zero do Imposto sobre Produtos Industrializados, e os créditos de IPI são originários de compras de insumos.

A Administração utiliza montantes relevantes destes créditos através da compensação dos tributos incidentes sobre o lucro, bem como dos demais tributos administrados pela Receita Federal do Brasil, tais como os retidos na fonte. Além disso, a previsão da companhia é que haja uma forte tendência de crescimento do resultado, aumentando, por consequência, os tributos incidentes sobre o lucro, os quais são também compensáveis com o referido crédito.

Outros impostos

Foram considerados como outros impostos a recuperar os valores correspondentes a pagamento de contribuição social e demais tributos.

15 Outros créditos

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Créditos com ex-acionistas	-	4.527	-	4.527
Despesas a apropriar (a)	8.618	14.588	8.634	14.602
Adiantamentos a funcionários	1.131	1.062	1.142	1.089
Operações de CRA	-	726	-	726
Outras contas a receber	2.379	359	2.467	558
Total	<u>12.128</u>	<u>21.262</u>	<u>12.243</u>	<u>21.502</u>
Circulante	<u>10.978</u>	<u>13.615</u>	<u>11.093</u>	<u>13.809</u>
Não circulante	<u>1.150</u>	<u>7.647</u>	<u>1.150</u>	<u>7.693</u>

- (a) Operação de securitização de recebíveis (CRA - Certificados de Recebíveis de Agronegócio e FIDC Fundo de Investimento em Direitos Creditórios), efetuadas no exercício anterior, que geraram despesas de juros e gastos de estruturação que foram equivocadamente lançadas na rubrica "Despesas a apropriar". No exercício de 2016 estes gastos, no valor de R\$ 24.715, foram registrados no resultado do exercício corrente.

16 Depósitos judiciais

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2017	2016
Tributário	3.443	2.621
Trabalhista	175	179
Administrativo	4.988	3.384
Cível	<u>268</u>	<u>4.105</u>
Total	<u>8.874</u>	<u>10.289</u>

17 Ativo fiscal diferido

O imposto de renda e contribuição social diferidos da têm a seguinte origem:

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	2017	2016	2017	2016
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre diferenças temporárias	17.580	22.665	17.580	22.665
Imposto de renda e contribuição diferidos sobre prejuízos fiscais	<u>21.558</u>	<u>36.663</u>	<u>18.065</u>	<u>34.119</u>
	<u>39.138</u>	<u>59.328</u>	<u>35.645</u>	<u>56.784</u>

Os valores de IRPJ- Imposto de Renda Pessoa Jurídica e a CSLL- Contribuição Social sobre o Lucro diferidos são registrados para refletir os efeitos fiscais futuros provenientes de diferenças temporárias entre a base fiscal de ativos e passivos e o seu respectivo valor contábil.

Com base no estudo técnico das projeções de resultados tributáveis, a Companhia estima recuperar o crédito nos seguintes exercícios:

	Controladora	
	2017	2016
Agosto/16 a Julho/17	-	3.083
Agosto/17 a Julho/18	4.957	6.155
Agosto/18 a Julho/19	8.876	50.090
Agosto/19 a Julho/20	25.305	-
Total	39.138	59.328

a. Impostos diferidos sobre diferenças temporárias

Os saldos em 31 de julho de 2017 e 2016 têm a seguinte origem:

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Adições temporárias:				
Provisão para redução do valor recuperável do contas a receber	699	5.216	699	5.216
Provisão para contingências	154	766	154	766
Provisão para fretes	1.178	446	1.178	446
Provisão para rebates	3.082	3.329	3.082	3.329
Provisão para deduções comerciais	1.263	903	1.263	903
Provisão para devoluções	698	698	698	698
Variação cambial	19.275	-	19.275	-
Instrumentos financ. derivativos	9.969	13.795	9.969	13.795
Depreciação acelerada	1.770	1.529	1.770	1.529
Provisão gratificação	717	698	717	698
Provisão para perdas do ativo	-	3.380	-	3.380
Outras provisões	1.574	1.841	1.574	1.841
	40.379	32.601	40.379	32.601
Exclusões temporárias				
Variação cambial	(16.222)	(4.230)	(16.222)	(4.230)
Depreciação Lei 11.638	(6.577)	(5.706)	(6.577)	(5.706)
	(22.799)	(9.936)	(22.799)	(9.936)
Total	17.580	22.665	17.580	22.665

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social diferidos debitada no resultado é demonstrada como segue:

	2017	2016	2017	2016
Adições e (exclusões) temporárias				
Provisão para redução ao valor recuperável do contas a receber	(4.517)	(3.880)	(4.517)	(3.880)
Provisão para deduções comerciais	359	(20)	359	(20)
Provisão para rebates	(247)	(625)	(247)	(625)
Variação cambial	7.283	(20.273)	7.283	(20.273)
Provisão para gratificação	19	(379)	19	(379)
Provisão para perda de ativo	(3.380)	3.380	(3.380)	3.380
Outras adições/exclusões temporárias	(4.603)	13.831	(5.551)	12.882
	(5.086)	(7.966)	(6.034)	(8.915)
Prejuízos fiscais				
Imposto de renda e contribuição social diferidos sobre prejuízo fiscal	(12.316)	10.189	(12.316)	10.189
	(17.401)	2.223	(18.350)	1.273

Prejuízos fiscais a compensar (*)

Em 31 de julho de 2017 e 2016, a Companhia possui prejuízos fiscais de imposto de renda e base negativa de contribuição social a compensar sobre os seguintes valores-base:

	2017	2016
Prejuízo fiscal	235.030	275.539
Base negativa de contribuição social	235.030	275.539

(*) Vide nota explicativa nº 24

18 Investimentos

- (i) Cotas subordinadas do Fundo de Investimento em Direitos Creditórios Nufarm Brasil;
- (ii) Investimento na controlada Atlântica Sementes S.A.;
- (iii) Investimento em “CRA Mezanino” da 2ª Série da 11ª emissão de Certificado de Recebíveis do Agronegócio da Octante Securitizadora S.A celebrado em 5 de julho de 2016, na proporção de 10% do valor total da emissão.
- (iv) Excesso de *spread* das operações de securitização de recebíveis realizadas através do FIDC Nufarm Brasil e Octante Securitizadora S.A. O excesso de *spread* é uma taxa adicional incluída no custo de cessão com a finalidade de cobrir eventuais diferenças na remuneração fixa devida aos investidores da cota sênior em função de mudanças na taxa de CDI no decorrer da operação. O excesso de *spread* é um instrumento financeiro mensurado pelo valor justo por meio do resultado.

Em 31 de julho de 2017, o saldo de excesso de *spread* das operações de securitização do FIDC está apresentando um aumento, devido a novas remessas que aconteceram durante esse período.

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fundo Investimento Direito Creditório - FIDC (i)	5.674	7.121	5.674	7.121
Campo Limpo Reciclagem e Transformação de Plásticos S.A.	49	49	49	49
Atlântica Sementes SA (ii)	27.474	25.717	11.447	10.895
Certificado de Recebíveis do Agronegócio-CRA	-	4.446	-	4.446
Certificado Recebíveis Agronegócio-CRA Mezanino (iii)	18.779	16.688	18.779	16.688
FIDC-Excesso Spread (iv)	5.671	1.626	5.671	1.626
CRA-Excesso Spread (iv)	-	24.323	-	24.323
	<u>57.647</u>	<u>79.970</u>	<u>41.620</u>	<u>65.148</u>

18.1 Investimento em controlada

	2017		2016	
	Atlântica Sementes	Atlântica Sementes	Atlântica Sementes	Atlântica Sementes
Participação		Direta		Direta
- Capital social		24.565		24.565
- Ações possuídas (quantidade)		1.189.052		1.189.052
- Ativo		59.205		53.065
- Passivo		27.780		24.002
- Patrimônio líquido (a)		31.425		29.063
Equivalência patrimonial				
- Participação no capital - % (b)		51		51
- Participação no patrimônio líquido (a x b)*		16.027		14.822
- Receitas		48.509		40.986
- Despesas		45.063		39.846
- Lucro do exercício		3.446		1.140

19 Imobilizado

a. Movimentação do custo e depreciação acumulada

(i) Controladora

Custo	Terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Móveis e utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	Computadores e Periféricos	Ferramentas	Telefones	Imobilizado em andamento	Total
Saldos em 31 de julho de 2015	<u>588</u>	<u>25.467</u>	<u>14.713</u>	<u>2.949</u>	<u>3.299</u>	<u>22.279</u>	<u>1.414</u>	<u>4.144</u>	<u>55</u>	<u>-</u>	<u>6.521</u>	<u>81.429</u>
Adições	1	-	1.498	354	2.923	1	102	1.078	-	-	4.183	10.140
Baixas	(1)	-	(1.122)	(26)	(822)	(0)	(12)	(279)	(18)	-	(169)	(2.449)
Transferências	-	255	994	48	-	754	-	3	-	-	(8.243)	(6.189)
Saldos em 31 de julho de 2016	<u>588</u>	<u>25.722</u>	<u>16.083</u>	<u>3.325</u>	<u>5.400</u>	<u>23.034</u>	<u>1.504</u>	<u>4.946</u>	<u>37</u>	<u>-</u>	<u>2.292</u>	<u>82.931</u>
Adições	-	-	1.497	183	1.293	24	541	849	-	587	4.968	9.942
Baixas	-	-	(815)	(268)	(997)	-	-	(5)	-	(4)	(817)	(2.906)
Transferências (*)	-	-	117	10	-	1.598	-	-	-	-	(1.938)	(213)
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>588</u>	<u>25.722</u>	<u>16.882</u>	<u>3.250</u>	<u>5.696</u>	<u>24.656</u>	<u>2.045</u>	<u>5.790</u>	<u>37</u>	<u>583</u>	<u>4.505</u>	<u>89.754</u>

Nufarm Indústria Química e Farmacêutica S.A.
Demonstrações financeiras em 31 de julho de 2017 e 2016

Depreciação	Terrenos	Edificações	Máquinas e Equipamentos	Móveis e Utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	Computadores E Periféricos	Ferramentas	Telefones	Imobilizado Em andamento	Total
Saldos em 31 de julho de 2015	-	(8.770)	(5.764)	(1.956)	(1.032)	(7.699)	(698)	(2.743)	(47)	-	-	(28.709)
Adições	-	(483)	(2.512)	(478)	(544)	(1.091)	(88)	(570)	(1)	-	-	(5.767)
Baixas	-	107	2.832	20	589	365	12	274	17	-	-	4.216
Saldos em 31 de julho de 2016	-	(9.146)	(5.444)	(2.414)	(987)	(8.425)	(774)	(3.039)	(31)	-	-	(30.260)
Adições	-	(450)	(1.547)	(172)	(680)	(1.142)	(110)	(718)	(1)	(143)	-	(4.963)
Baixas	-	67	1.450	91	641	228	-	2	-	-	-	2.479
Saldos em 31 de julho de 2017	-	(9.529)	(5.541)	(2.495)	(1.026)	(9.339)	(884)	(3.755)	(32)	(143)	-	(32.744)
Valor contábil	-											
Saldos em 31 de julho de 2016	588	16.576	10.639	911	4.413	14.609	730	1.907	6	-	2.292	52.671
Saldos em 31 de julho de 2017	588	16.193	11.341	755	4.670	15.317	1.161	2.035	5	440	4.505	57.010

(ii) Consolidado

Custo	Máquinas e Móveis e						Computadores				Imobilizado Beneficência em		Total
	Terrenos	Edificações	Equipamentos	Utensílios	Veículos	Instalações	Laboratório	E periféricos	Ferramentas	Telefones	Em andamento	Imóveis de Terceiros	
Saldos em 1 de agosto de 2015	708	25.493	15.424	3.052	4.086	22.279	1.414	4.297	55	-	6.521	-	83.329
Adições	1	-	1.511	359	3.277	1	102	1.105	-	-	4.186	104	10.646
Baixas	(1)	-	(1.128)	(26)	(902)	(0)	(12)	(279)	(18)	-	(173)	-	(2.539)
Transferências	-	255	994	48	-	754	-	3	-	-	(8.243)	-	(6.189)
Saldos em 31 de julho de 2016	708	25.748	16.801	3.433	6.461	23.034	1.504	5.126	37	-	2.291	104	85.247
Adições	-	-	1.507	184	1.620	24	541	872	-	587	4.968	6	10.310
Baixas	-	-	(815)	(268)	(1.411)	-	-	(8)	-	(4)	(817)	-	(3.322)
Transferências	-	-	117	10	-	1.598	-	-	-	-	(1.938)	-	(215)
Saldos em 31 de julho de 2017	708	25.748	17.611	3.360	6.670	24.656	2.045	5.990	37	583	4.505	110	92.022
Depreciação													
Saldos em 1 de agosto de 2015	-	(8.772)	(6.031)	(1.994)	(1.238)	(7.699)	(698)	(2.835)	(47)	-	-	-	(29.314)
Adições	-	(484)	(2.577)	(488)	(727)	(1.091)	(88)	(599)	(1)	-	-	(36)	(6.091)
Baixas	-	107	2.838	20	638	365	12	274	17	-	-	-	4.271
Saldos em 31 de julho de 2016	-	(9.149)	(5.770)	(2.462)	(1.327)	(8.425)	(774)	(3.160)	(31)	-	-	(36)	(31.134)
Adições	-	(451)	(1.619)	(183)	(896)	(1.142)	(110)	(755)	(1)	(143)	-	(53)	(3.353)
Baixas	-	67	1.450	91	854	228	-	3	-	-	-	-	2.692
Saldos em 31 de julho de 2017	-	(9.534)	(5.939)	(2.555)	(1.369)	(9.340)	(884)	(3.914)	(31)	(143)	-	(89)	33.794
Valor contábil													
Saldos em 31 de julho de 2016	708	16.598	11.032	970	5.134	14.609	730	1.966	6	1	2.291	68	54.113
Saldos em 31 de julho de 2017	708	16.214	11.671	805	5.302	15.316	1.161	2.076	6	442	4.505	22	58.228

(*) O valor de R\$ 213 tratava-se de projetos de sistema informática, como o mesmo foi finalizado foi transferido para a conta de Software passou a incorporar o grupo do intangível em Licença de Software.

Conforme está demonstrado no quadro acima, a rubrica de imobilizado em andamento contempla os valores alocados a itens de imobilizado em construção ou em processo de montagem e instalação. A Companhia não possui ativos imobilizados retirados das operações e separados, como também não possui ativos temporariamente paralisados.

Provisão para redução no valor recuperável

Em consonância com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos emanado pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis, a Companhia deve proceder com avaliação de recuperação dos ativos com vida útil definida caso existam indicativos de perda no valor recuperável.

Durante o exercício findo em 31 de julho de 2017, foi identificado que a Companhia não possui ativos que tenham diminuído consideravelmente o seu valor de mercado, como também não ocorreram mudanças externas com efeito adverso sobre a Companhia no período em curso, e nem há perspectivas de mudanças significativas de curto prazo relacionadas a novas tecnologias, mercado, economia e legislação no mercado em que são utilizados os ativos. Não há plano de descontinuar ou reestruturar as operações, ou de proceder à baixa de um ativo em momento anterior à data esperada para o final de sua vida útil.

Diante das informações descritas acima não há indícios para registro de provisão para redução no valor recuperável para o exercício encerrado em 31 de julho de 2017.

20 Intangível

a. Movimentação do custo e amortização acumulada

Controladora

Custo	Software	Custos de Desenvolvimento	Patentes e Marcas	Total
Saldos em 1º de agosto de 2015	<u>2.590</u>	<u>30.940</u>	<u>36.042</u>	<u>69.572</u>
Aquisição	88	4.203	56	4.347
Baixas	-	(1.894)	(118)	(2.012)
Transferências	6.188	-	-	6.188
Saldos em 31 de julho de 2016	<u>8.866</u>	<u>33.249</u>	<u>35.980</u>	<u>78.095</u>
Aquisição	323	1.529	73	1.925
Baixas	-	(7)	-	(7)
Transferências	213	-	-	213
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>9.402</u>	<u>34.771</u>	<u>36.053</u>	<u>80.226</u>
Amortização				
Saldos em 1º de agosto de 2015	<u>(1.787)</u>	<u>(3.204)</u>	<u>-</u>	<u>(4.991)</u>
Amortização	(210)	(811)	(89)	(1.110)
Baixas	-	1.099	-	1.099
Saldos em 31 de julho de 2016	<u>(1.997)</u>	<u>(2.916)</u>	<u>(89)</u>	<u>(5.002)</u>
Amortização	(799)	(684)	(532)	(2.015)
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>(2.796)</u>	<u>(3.600)</u>	<u>(621)</u>	<u>(7.017)</u>
Valor contábil				
Saldos em 31 de julho de 2016	<u>6.869</u>	<u>30.333</u>	<u>35.891</u>	<u>73.093</u>
Saldos em 31 de julho de 2017	<u>6.606</u>	<u>31.171</u>	<u>35.432</u>	<u>73.209</u>

(i) *Consolidado*

Custo	Software	Custos de desenvolvimento	Lita de Clientes	Marcas e patentes	Ágio por Rentabilidade Futura Aquis. Investimentos	Total
Saldos em 31 de julho de 2015	2.644	30.941	5.904	38.062	13.857	91.408
Aquisição	90	4.203	-	56	-	4.349
Baixas	-	(1.894)	-	(119)	-	(2.013)
Transferências	6.188	-	-	-	-	6.188
Saldos em 31 de julho de 2016	8.922	33.250	5.904	37.999	13.857	99.932
Aquisição	323	1.529	-	73	-	1.925
Baixas	-	(7)	-	-	-	(7)
Transferências	213	-	-	-	-	213
Saldos em 31 de julho de 2017	9.458	34.772	5.904	38.072	13.857	102.063
Depreciação Amortização						
Saldos em 31 de julho de 2015	(1.808)	(3.204)	(984)	(337)	-	(6.333)
Amortização	(220)	(811)	(590)	(292)	-	(1.913)
Baixas	-	1.099	-	-	-	1.099
Saldos em 31 de julho de 2016	(2.028)	(2.916)	(1.574)	(629)	-	(7.147)
Amortização	(810)	(684)	(590)	(734)	-	(2.818)
Saldos em 31 de julho de 2017	(2.838)	(3.600)	(2.165)	(1.362)	-	(9.965)
Valor contábil						
Saldos em 31 de julho de 2016	6.894	30.334	4.330	37.370	13.857	92.785
Saldos em 31 de julho de 2017	6.620	31.172	3.739	36.710	13.857	92.098

Ativos intangíveis com vida útil indefinida não são amortizados, porém, são testados anualmente em relação a perdas por redução ao valor recuperável. A avaliação de vida útil indefinida é revisada anualmente e, caso deixe de ser aplicável, a alteração na vida útil de indefinida para definida é efetuada de forma prospectiva.

A Companhia possui um montante de R\$ 36053 (R\$ 35.980 em 2016), registrado em patentes e marcas, sendo que R\$ 21.274 (R\$ 21.274 em 2016) corresponde a aquisições de licenças adquiridas de empresas da Companhia, R\$ 14.426 (R\$ 14.426 em 2016) corresponde a aquisições de licenças junto a terceiros e R\$ 353 (R\$ 280 em 2016) corresponde a despesas ocorridas para registro e manutenção de marcas. A Companhia possui um montante de R\$ 15.967 (R\$ 15.963 em 2016) de Ativos intangíveis com vida útil definida.

21 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Fornecedores nacionais	149.993	135.586	155.092	139.171
Fornecedores partes relacionadas (nota explicativa nº 13)	211.462	191.723	211.996	191.723
Fornecedores internacionais	10.683	1.639	14.296	3.453
Operação “forfeiting”(a)	143.862	125.669	143.862	125.669
	516.000	454.617	525.246	460.016
Circulante	506.927	443.425	516.173	448.824
Não circulante	9.073	11.192	9.073	11.192

- (a) A Companhia possui convênios firmados com bancos parceiros que possibilitam estruturar, com seus principais fornecedores, uma operação de cessão de crédito usualmente denominada “forfeiting”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos para o banco, que por sua vez, passa a ser credor da operação. A Companhia revisou a composição da carteira desta operação e concluiu que não houve alteração significativa dos prazos, preços e condições originalmente estabelecidas com os fornecedores.

Em 31 de julho de 2017, o saldo a pagar negociado pelos fornecedores, relativo a essa operação totaliza R\$ 143.861 (R\$ 125.669 em 2016).

Adicionalmente ao mencionado na nota 12, o cálculo do ajuste a valor presente é efetuado para cada transação com base em um prazo médio de vencimento de 153 dias a taxas anuais de 13,26% para fornecedores nacionais e 3,327% para fornecedores estrangeiros (mercado nacional 17,90% e mercado internacional 4,43% em 2016). A diferença entre o valor presente de uma transação e o valor de face da compra é considerado como despesa financeira. O valor presente foi calculado utilizando a taxa média de captação no mercado.

A exposição da Companhia aos riscos de moeda e liquidez relacionados a fornecedores está divulgado na nota explicativa nº 34.

22 Empréstimos e financiamentos com instituições financeiras

	Indexador	Taxa de juros 2017 Taxa de juros 2016	Ano de vencimento	Controladora		Consolidado	
				2017	2016	2017	2016
Moeda nacional							
Capital de giro	Pré e Pós	132% a 135% CDI; CDI+3,20(15,20% a.a.;1,27%a.m.;133,28% CDI; 132% CDI;134% CDI 4,5 CDI;100% CDI+3,66% a.a. ; CDI+4%; a.m.;1,54%a.m.; 1,27% a.m.	2017/2019	259.259	94.304	268.609	103.704
FINEP	Pré	4,50 a 5% a.a. 4,50% a.a. CDI+ 2,95% e CDI+ 3,16%	2018/2022	15.371	20.340	15.371	20.340
CCE	Pré e Pós	a.a. CDI+ 2,95% e CDI+ 2,42% a.a.	2017/2018	80.285	68.542	80.285	68.542
CDE	Pré	- 1,35% a.m.	2016	-	-	-	8
FINAME	Pré	10,4% a.a.)92% a 0,99% a.m.;10,90% a.a.; 11,45%a.a 1,27% a.m.; 1,35% a.; 1,184% a.m.; 15.171% a.a.1,20% a.m	2016/2020	190	260	190	325
CDCA	Pré	a 1,684% a.m.)27% a.m.; 1,35% a.; 1,184% a.m.; 15.171% a.a.	2016	-	-	321	277
FINIMP	Pré	4,94% a.a. 4,94% a.a.	2016	-	-	-	2.239
Subtotal em moeda nacional				355.105	183.446	364.776	195.435
Moeda estrangeira							
Resolução 4131	USD	VC + 2,54% a.a. VC + 2,05% a.a. à VC 6,67% a.a.	2017	20.619	171.039	20.619	171.039
FIPOD	USD	- -	2019	28.981	-	28.981	-
ACC	USD	VC+7,5% a.a -	2017	-	-	1.035	-
Subtotal em moeda estrangeira				49.600	171.039	50.635	171.039
(-/+) Ajuste a valor de mercado das operações de swap				3.769	32.088	3.769	32.088
Total de empréstimos e financiamentos				408.474	386.573	419.180	398.562
Circulante				317.964	255.042	328.609	266.932
Não circulante				90.510	131.531	90.571	131.630

a. Termos e cronograma de amortização da dívida

As parcelas classificadas no passivo não circulante de empréstimos e financiamentos da Controladora têm o seguinte cronograma de pagamento:

	2017	2016
ago/17 a jul/18	-	66.000
ago/18 a jul/19	57.422	53.030
ago/19 a jul/20	23.461	12.501
ago/20 a jul/22	9.627	-
Total	90.510	131.531

b. Garantias

As seguintes garantias foram dadas para os contratos de empréstimos e financiamentos em aberto:

	2017	2016
Duplicatas do contas a receber de clientes	16.333	77.092
Penhor de estoque	94.432	66.240
Parent Guarantee (garantia da Matriz - Nufarm Austrália Limited)	293.952	211.152
	404.717	354.484

O financiamento obtido junto à FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos está garantido por carta de fiança bancária. A Companhia não está sujeita a cláusulas restritivas em seus contratos de financiamentos.

c. Descrição dos empréstimos bancários

1. Cédula de Crédito à Exportação - CCE

É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas que fazem parte da cadeia exportadora, para financiamento à exportação e à produção de bens para exportação, incluindo as atividades de apoio e complementação fundamentais à exportação.

2. Resolução nº 4.131/62

Cédula de Crédito Bancário - Repasse de recursos captados no exterior em moeda estrangeira via Resolução nº 4.131/62 com instituições financeiras.

3. Financiadora de Estudos e Projetos - FINEP

É uma linha de crédito em moeda local destinada a empresas para financiamento à pesquisa e ao desenvolvimento tecnológico.

4. Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio - CDCA

É um título de crédito normativo que tem como objetivo viabilizar o financiamento do setor com recursos privados.

5. *FIPOD (Financing portfolio of defaulters)*
Estrutura de financiamentos, em moeda estrangeira, para clientes com dificuldades financeiras momentâneas (e prorrogados), onde um banco financia este com o apoio da Companhia para liquidação dos valores devidos à Nufarm.
6. *Financiamento à importação - FINIMP*
Financiamento em moeda estrangeira à importação brasileira de bens provenientes do exterior, em que o fornecedor internacional recebe o pagamento no vencimento acordado previamente (à vista ou a prazo). Desta forma, o importador obtém prazo maior para liquidação de suas obrigações e maior flexibilidade em relação a seu fluxo de caixa.
7. *FINAME - (Financiamento de máquinas e equipamentos)*
Financiamento por intermédio de instituições financeiras credenciadas, para produção e aquisição de máquinas, equipamentos e bens de informática e automação novos, de fabricação nacional e credenciados no BNDES
8. *CDE - (Crédito Direto Empresas)*
Financiamento de veículo.

Covenants

O financiamento obtido junto à FINEP - Financiadora de Estudos e Projetos - está garantido por carta de fiança bancária. A Companhia não está sujeita a cláusulas restritivas em seus contratos de financiamentos.

23 Financiamentos de tributos

	Indexador	Taxa de juros 2015 e 2016	Ano de vencimento	Controladora e Consolidado	
				2017	2016
FDI/Provin	TJLP	100%	2019	8.739	7.987
Circulante				<u>(3.078)</u>	<u>(1.937)</u>
Não circulante				<u>5.661</u>	<u>6.050</u>

Banco Bradesco FDI/PROVIN

O Governo do Estado do Ceará, dentro das políticas públicas estaduais voltadas à promoção do desenvolvimento industrial, decidiu subvencionar empresas cujas atividades são consideradas estratégicas para a economia local, por meio do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial -PROVIN, tendo como órgão gestor o Banco Bradesco S.A., sucessor do Banco do Estado do Ceará - BEC.

Com base na Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, emitido em 20 de outubro de 2005, foi firmado Termo de Acordo concedendo o diferimento do ICMS. O Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005 concede a dilação do prazo de pagamento de parcela do saldo mensal de ICMS, com diferimento de 75% do ICMS recolhido mensalmente excedente e dentro do prazo legal pela sociedade empresária acordante beneficiária do PROVIN/FDI, incidente sobre operações resultantes de seu processo industrial, com base na média dos valores em UC/FDI a ser determinada pelo Banco Bradesco, durante 96

meses, no período de dezembro de 2004 até novembro de 2012, nos termos da Resolução nº 148/2005 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Industrial - CEDIN, renovado por mais 120 meses, no período de dezembro de 2012 até novembro de 2022, conforme ofício CEDIN nº 605/2012 do Conselho Estadual de Desenvolvimento Econômico - CEDE, ratificado pelo 4º Aditivo ao Termo de Acordo CEDIN nº 02/2005.

O equivalente a 25% da parcela do ICMS diferido, com as atualizações previstas na legislação do FDI, será liquidado em uma só vez, no último dia útil do mês de vencimento, ao término do período de carência de 36 meses, contados a partir do desembolso.

Adicionalmente, o termo de acordo CEDIN condiciona a adoção de algumas medidas como: emissão do termo de declaração de ICMS Diferido, pagamento do ICMS porventura devido, manter em dia todas as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, inclusive o recolhimento das parcelas devidas ao PIS/PASEP, e cumprir as cláusulas atinentes ao protocolo de intenções e a resolução do CEDIN, e pagar as taxas e despesas decorrentes da fruição do benefício FDI/PROVIN.

A Companhia registra em seu passivo somente o valor correspondente a 25% relativo ao ICMS incentivado, por entender que todos os requisitos para a obtenção dos incentivos foram atingidos e que as obrigações de natureza tributária, trabalhista e previdenciária, bem como o recolhimento dos valores remanescentes serão realizadas nos prazos estabelecidos.

O valor reconhecido no resultado do exercício de acordo com o parágrafo anterior pode ser identificado conforme segue:

Exercício	R\$
2012/2013	3.914
2013/2014	5.090
2014/2015	7.516
2015/2016	9.312
2016/2017	6.469
	<hr/>
Total	32.301

A Companhia goza de outro incentivo fiscal, ligado à redução do imposto de renda nos termos da lei vigente, como segue:

Laudo Constitutivo nº 0133/2014

- **Atividade objeto da redução** - Fabricação de Defensivos Agrícolas - Herbicidas (inclusive os da base de Glifosato e 2,4D), Inseticidas e Fungicidas (inclusive os da base de Carbendazim) com capacidade instalada do empreendimento de 140.711.496 litros/ano (redução de 75% do imposto de renda e adicionais não dedutíveis, por um prazo de 10 anos, com início no ano calendário de 2014 e término no ano calendário de 2023). A abrangência do Laudo Constitutivo nº 0133/2014 contemplou os objetos de incentivo concedidos pelos Laudos Constitutivos nº 0033/2008 e 0041/2011, não se fazendo mais necessária a utilização destes Laudos para fins de fruição do benefício.

24 Obrigações sociais, trabalhistas e tributárias

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
ICMS a recolher	4.202	3.048	4.255	3.077
CSLL/PIS/COFINS a recolher	104	124	107	127
ISS a recolher	44	56	46	57
IRRF a recolher	2.013	1.492	2.045	1.522
Imposto de renda e contribuição social (a)	3.472	-	5.955	693
INSS e FGTS a recolher	1.795	1.668	1.952	1.743
Provisão de férias e 13º salário e encargos	11.480	9.976	11.898	10.382
Provisão de gratificação e participação nos resultados	9.039	7.855	9.039	7.855
Outros	126	32	984	176
	<u>32.275</u>	<u>24.251</u>	<u>36.281</u>	<u>25.632</u>
Total	<u>32.275</u>	<u>24.251</u>	<u>36.281</u>	<u>25.632</u>

(a) IR e CSLL estimativa mensal de julho de 2017.

Adesão ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS)

A Companhia aderiu, em dezembro de 2013, ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), utilizando-se dos benefícios advindos da Lei nº 11.941/2009, cujo prazo de adesão foi reaberto pela Lei 12.865/2013.

Os débitos incluídos no programa referem-se a autuações fiscais relativas aos tributos PIS, COFINS, IRPJ e CSLL e seus valores encontram-se abaixo detalhados:

Valor original	Juros	Multa de ofício	Multa de mora	Valor corrigido
40.269	60.538	22.890	1.950	125.647

No processo de adesão ao Refis, a Companhia, consistente com seu objetivo de eliminar incertezas, estornou algumas compensações de tributos cujo procedimento estava em discussão pela Receita Federal do Brasil, reabrindo os passivos objeto das compensações e, conseqüentemente, o ativo de R\$ 40.269 referente ao processo judicial de Crédito Prêmio de IPI, cuja decisão transitada em julgado reconhece o direito da empresa a este crédito.

Na adesão ao programa, a Companhia desistiu das respectivas ações judiciais e administrativas de contestação dos débitos e obteve uma economia tributária de R\$ 41.060 em razão das reduções de 80% das multas de mora e de ofício e de 35% dos juros de mora previstas em lei. Obteve, ainda, uma receita adicional de R\$ 44.317 relativa à constituição do Ativo Diferido Fiscal para compensação do saldo remanescente de juros e multa com prejuízo fiscal e base negativa de CSLL e parcelou o valor relativo ao principal em 60 meses, sujeitos à incidência de atualização pela taxa Selic.

Os seguintes valores foram utilizados na compensação: R\$ 130.346 de prejuízo fiscal e R\$ 130.346 de base negativa de CSLL.

Em novembro de 2014, a Companhia quitou antecipadamente o restante das parcelas vincendas relativas ao Programa de Recuperação Fiscal (REFIS), utilizando-se dos benefícios advindos da Medida Provisória 651/2014.

Até então, do valor total objeto do parcelamento (R\$ 40.269), a companhia havia quitado 11 das 60 parcelas dentro dos prazos determinados pelo REFIS (R\$ 8.121) e incluiu as 49 parcelas restantes (R\$ 32.148) no programa de quitação antecipada trazido pela referida Medida Provisória.

Diante deste fato, a Nufarm procedeu com a adesão em 27/11/2014, recolhendo aos cofres da União o montante correspondente a 30% dos débitos remanescentes, no valor de R\$ 9.644, e utilizou créditos de prejuízo fiscal e base negativa de CSLL para quitar o restante, no valor de R\$ 22.504.

25 Outras contas a pagar

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Provisões de rebates	8.785	9.511	8.785	9.511
Provisões de frete	10.342	7.617	10.342	7.617
Provisão para devolução	2.053	2.053	2.053	2.053
Provisões de diversas	3.715	2.657	3.715	2.657
Dividendos a pagar	-	-	-	1.464
Aquisição de negócios (a)	17.943	15.032	17.943	15.032
Outras contas a pagar	5.874	3.331	5.874	3.331
	48.712	40.201	48.712	41.665
Circulante	48.712	25.169	48.712	26.633
Não circulante	-	15.032	-	15.032

- (a) Referente ao reconhecimento do passivo financeiro relativo à *put option* - opção de compra de participação adicional dos acionistas não controladores da Atlântica Sementes S.A. (vide nota explicativa 27).

26 Provisão para contingências

A Companhia possui ações judiciais e processos administrativos perante vários tribunais e órgãos governamentais, decorrentes do curso normal das operações, envolvendo questões tributárias, trabalhistas, aspectos cíveis e outros assuntos. Dessas ações são classificados pela Administração como riscos possíveis, levando em consideração as avaliações de seus consultores jurídicos internos e externos, para as quais não há provisão constituída, e estão estimadas em R\$ 86.201 em 2017 (R\$ 73.030 em 2016).

Processo 10380.730581/2013-67

Companhia recebeu auto de Infração lavrado pela Receita Federal do Brasil durante o exercício de 2013, quando foi questionada a dedutibilidade do ágio pago em aquisição de participação acionária da Agripec, bem como a dedutibilidade de perdas em operações no mercado de opções ocorrida no exterior, no período de 2006 a 2008. O crédito tributário levantado pelo auditor fiscal, em valores originais, é de R\$ 25.919 a título de Imposto de Renda e R\$ 9.361 a título de Contribuição Social Sobre o Lucro Líquido. O processo encontra-se atualmente em 2ª instância administrativa, com decisão favorável à Companhia. De acordo com os assessores jurídicos da Companhia, existem excelentes probabilidades de êxito, haja vista a existência de jurisprudências favoráveis sobre os assuntos. Estima-se um trâmite processual em torno de 10 a 15 anos para trânsito em julgado.

A Administração periodicamente, avalia os riscos contingentes, seguindo como base fundamentos jurídicos, econômicos e tributários, tendo como objetivo de classificá-los, segundo suas chances de ocorrência e de exigibilidade, como prováveis, possíveis ou remotos, levando em consideração, conforme seja o caso, as análises dos escritórios de advocacia que patrocinam as causas da Companhia.

Destes, somente as contingências cujos riscos são classificados como prováveis são provisionadas em valores considerados como suficientes para cobrir as perdas estimadas. As provisões para contingências registradas representam a melhor estimativa da Administração quanto aos riscos de perda envolvidos.

	<u>Controladora e Consolidado</u>	
	2017	2016
Trabalhistas	71	71
Cível	219	2.018
Administrativo	-	1
Outros - Tributário	-	3.188
	-	5.278
	<u>290</u>	<u>5.278</u>

Movimentação dos processos durante o exercício

	Trabalhista	Cível	Administrativa	Tributária	Total
Saldo em 31 de julho de 2015	<u>2.302</u>	<u>250</u>	<u>670</u>	<u>4.228</u>	<u>7.451</u>
Adições	-	1.800	-	-	1.800
Baixas/reversões	<u>(2.231)</u>	<u>(32)</u>	<u>(669)</u>	<u>(1.040)</u>	<u>(3.973)</u>
Saldo em 31 de julho de 2016	<u>71</u>	<u>2.018</u>	<u>1</u>	<u>3.188</u>	<u>5.278</u>
Baixas/reversões	<u>-</u>	<u>(1.799)</u>	<u>(1)</u>	<u>(3.188)</u>	<u>(4.988)</u>
Saldo em 31 de julho de 2017	<u>71</u>	<u>219</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>290</u>

27 Patrimônio líquido

Capital social

O capital social da Companhia no exercício findo em 31 de julho de 2017 era de R\$ 793.289.360,25 (setecentos e noventa e três milhões, duzentos e oitenta e nove mil, trezentos e sessenta reais e vinte e cinco centavos) representado por 11.257.156 (onze milhões duzentas e cinquenta e sete mil, cento e cinquenta e seis) ações ordinárias, todas nominativas e sem valor nominal, estando assim distribuídas:

Composição

Acionista	2017		
	Quantidade	%	Valor
Nufarm Austrália Limited	11.257.155	100	793.289
Outros	<u>1</u>	-	-
Total	<u>11.257.156</u>	<u>100</u>	<u>793.289</u>

Reserva de capital

A utilização da reserva de capital obedece aos preceitos do artigo 200 da Lei 6.404/76. Esta reserva está constituída da seguinte forma:

	2017	2016
Reserva de incentivo fiscal	(165)	(165)
Incentivos fiscais Sudene	(3.266)	(3.266)
Reserva de capital - opção de compra	<u>17.943</u>	<u>15.032</u>
	<u>14.512</u>	<u>11.601</u>

Reserva de Incentivo Fiscal - PAT

A Companhia está cadastrada no PAT-programa de alimentação do trabalhador e constituiu em Abril de 2006 reserva de incentivo fiscal PAT referente aos exercícios de 2004 e 2005 no montante de R\$ 165.

Reserva de Capital - Subvenção recebida no âmbito da Sudene

A Companhia registrou como reserva de capital o montante de R\$ 3.266, relativo às subvenções recebidas no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE nos exercícios de 2005 e 2007. A classificação em conta de reserva de capital se deu em conformidade com o art. 182, § 1º, alínea “d”, da Lei nº 6.404/76, vigente no exercício em que tais subvenções foram devidas.

Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção recebida no âmbito da Sudene

A Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 6.172, relativo às subvenções recebidas no âmbito da Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste - SUDENE nos exercícios de 2014 a 2016. A classificação em conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Reserva de Incentivo Fiscal - Subvenção recebida no âmbito do FDI do Governo do Estado do Ceará

A Companhia registrou como reserva de incentivo fiscal o montante de R\$ 33.165, relativo às subvenções recebidas no âmbito do Fundo de Desenvolvimento Industrial (FDI), por meio do Programa de Incentivo ao Desenvolvimento Industrial (PROVIN), concedido pelo Governo do Estado do Ceará, nos exercícios de 2011, 2012, 2013, 2014, 2015 e 2016. A classificação em conta de reserva de incentivo fiscal se deu em conformidade com o art. 195-A, da Lei nº 6.404/76, com redação dada pela Lei nº 11.638/2007.

Reserva de capital - opção de compra

No exercício de 2017, foi registrado no Patrimônio Líquido, o valor de R\$ 17.943 (R\$15.032 em 2016) relativo à opção de compra (*put option*) calculado conforme definido no Acordo de Sócios/Acionistas firmado em 23 de janeiro de 2013 entre Nuseed do Brasil S.A (incorporada pela Atlântica Sementes S.A), Agripac Boliviana Companhia Ltda. e Carlito Jacob Los, equivalente à projeção de 6 vezes o EBIT (Lucro antes dos juros e impostos) médio projetado para os anos 2016 e 2017, adicionado da despesa de amortização anual do ágio de acordo com os critérios de apresentação e evidenciação dos Instrumentos financeiros, estabelecidos no CPC 39 e CPC 40. O valor registrado nesta rubrica representa a opção de compra de participação adicional dos acionistas não controladores da Atlântica Sementes S.A., conforme estabelecido no supramencionado contrato. Nestes termos a Companhia tem a opção de exercer o poder de compra mediante apresentação de notificação por escrito até no máximo 1º de janeiro de 2018. A empresa controlada deverá ser responsável por calcular a avaliação futura e o preço de compra aplicável das ações pertinentes, de acordo com o cálculo descrito no tópico de “Avaliação Futura”.

Remuneração dos acionistas

O Estatuto Social da Companhia prevê o pagamento de dividendo mínimo obrigatório anual de 25% do lucro líquido do exercício, nos termos do artigo 202 da Lei das Sociedades Anônimas. Nos exercícios encerrados em 31 de julho de 2017 e 2016, não houve distribuição de dividendos.

Em 31 de dezembro de 2016, foi aprovado em Reunião do Conselho de Administração da Companhia o reconhecimento de juros sobre o capital da Companhia referente ao exercício social encerrado em 31 de julho de 2016, com base no patrimônio líquido de 31 de dezembro de 2015, conforme segue:

Data da deliberação	Período	Montante aprovado	Imposto de renda na fonte - 15%	Montante líquido
31/12/2016	Janeiro a Dezembro de 2016	19.596	2.939	16.657

Os juros sobre capital próprio foram contabilizados no resultado em função de regulamentação fiscal específica e foram revertidos contra a conta de reserva, não sendo, portanto, apresentados na demonstração do resultado e gerando crédito tributário de imposto de renda e contribuição social no montante de R\$ 6.663. O montante líquido, conforme deliberação dos Conselheiros, será integralmente pago à acionista Nufarm Austrália Limited de acordo com a disponibilidade de fluxo de caixa da Companhia.

A Companhia mensura qualquer participação de não-controladores na adquirida pela participação proporcional nos ativos líquidos identificáveis na data de aquisição.

O total da participação dos acionistas não controladores no patrimônio líquido da Companhia é de R\$ 15.398.

Outros Resultados Abrangentes

A Companhia reconhece como outros resultados abrangentes os ganhos ou perdas dos instrumentos financeiros derivativos classificados como hedge de fluxo de caixa.

28 Receita de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Receita bruta				
Mercado interno	1.855.593	1.666.898	1.907.029	1.706.472
Mercado externo	14.766	4.889	14.766	4.889
Dedução da receita				
Devoluções e cancelamentos	(117.590)	(80.466)	(122.728)	(84.858)
Impostos incidentes sobre vendas	<u>(44.247)</u>	<u>(48.508)</u>	<u>(45.830)</u>	<u>(49.912)</u>
Receita líquida	<u>1.708.522</u>	<u>1.542.813</u>	<u>1.753.237</u>	<u>1.576.591</u>

29 Custos dos produtos vendidos e das mercadorias revendidas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Matéria- prima	(674.013)	(751.093)	(675.345)	(753.282)
Produtos adquiridos para revenda	(460.358)	(305.757)	(483.499)	(323.482)
Embalagens	(59.141)	(56.414)	(59.201)	(56.489)
Mão-de-obra direta	(9.577)	(8.719)	(9.969)	(8.871)
Gastos gerais de fabricação	<u>(13.794)</u>	<u>(11.156)</u>	<u>(14.905)</u>	<u>(11.732)</u>
	<u>(1.216.883)</u>	<u>(1.133.139)</u>	<u>(1.242.919)</u>	<u>(1.153.856)</u>

30 Outras receitas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Outras vendas	429	351	429	351
Receita Crédito Previdenciário	-	3.121	-	3.121
Incentivo Fiscal - FDI PROVIN	6.469	9.312	6.469	9.312
Bonificação	5.996	5.106	5.996	5.106
Recup.Outras Despesas	578	600	578	600
Recup.Desp. tributárias	2.433	4.488	2.433	4.488
Reversão para perdas	9.940	-	9.940	-
Outras receitas	<u>5.836</u>	<u>4.259</u>	<u>7.030</u>	<u>5.284</u>
Total	<u>31.681</u>	<u>27.237</u>	<u>32.875</u>	<u>28.262</u>

31 Despesas de vendas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Frete sobre vendas	(67.302)	(51.663)	(68.630)	(52.626)
Salários e benefícios	(38.838)	(38.194)	(39.855)	(38.512)
Rebates	(42.512)	(21.369)	(42.512)	(21.369)
Armazenagem	(8.355)	(5.161)	(9.025)	(6.051)
Honorários profissionais	(1.152)	(2.806)	(1.355)	(2.969)
Perdas dedutíveis de clientes	(25.322)	(6.079)	(25.322)	(6.377)
Bonificação, amostras, brindes	-	(128)	-	(128)
Despesas com locomoção / viagens	(4.990)	(4.805)	(4.990)	(4.805)
Promoções / publicidades	(6.721)	(3.292)	(6.793)	(3.356)
Depreciação e amortização	(721)	(976)	(721)	(976)
Seguro	(7.703)	(3.404)	(7.703)	(3.404)
Outros	(4.356)	(6.783)	(5.402)	(7.433)
Prov para valor do contas a receber	13.286	-	13.414	-
	<u>(194.686)</u>	<u>(144.659)</u>	<u>(198.894)</u>	<u>(148.005)</u>

32 Despesas administrativas e gerais

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Salários e benefícios	(63.105)	(41.934)	(66.425)	(45.204)
Honorários profissionais	(16.072)	(12.109)	(17.247)	(13.087)
Depreciação e amortização	(3.919)	(2.283)	(5.103)	(2.611)
Seguros	(4.954)	(3.166)	(5.013)	(3.216)
Locações diversas	(3.246)	(2.704)	(3.436)	(2.903)
Impostos e taxas diversas	-	-	(46)	(41)
Manutenção e conservação	(3.567)	(3.208)	(3.943)	(3.587)
Outros	(6.261)	(2.786)	(7.435)	(4.856)
	<u>(101.124)</u>	<u>(68.190)</u>	<u>(108.648)</u>	<u>(75.505)</u>

33 Outras despesas

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Gastos com recolhimento de embalagens	(3.075)	(3.909)	(3.075)	(3.909)
Outros	(5.459)	(5.988)	(5.459)	(5.988)
	<u>(8.534)</u>	<u>(9.897)</u>	<u>(8.534)</u>	<u>(9.897)</u>

34 Resultado financeiro líquido

	Controladora		Consolidado	
	2017	2016	2017	2016
Despesas financeiras				
Variações cambiais	11.518	(6.238)	9.172	(10.607)
Juros sobre empréstimos e financiamentos	(98.232)	(118.809)	(98.934)	(119.625)
Ajuste a valor presente	(6.881)	(6.323)	(6.881)	(6.323)
Juros	(429)	(40)	(601)	(40)
Juros / multas fiscais de mora - REFIS	(8.701)	(31)	(8.701)	(31)
Descontos concedidos	(22.830)	(17.530)	(22.962)	(17.961)
I.O.F.	(4.427)	(4.025)	(4.497)	(4.036)
Ajuste swap / mercado de derivativos	(39.310)	(83.951)	(39.310)	(83.951)
Outras	(683)	(5.434)	(778)	(5.517)
	(169.975)	(242.381)	(173.492)	(248.091)
Receitas financeiras				
Juros ativos	19.202	27.697	18.709	27.146
Variações cambiais	(11.720)	(896)	(9.686)	4.377
Descontos obtidos	506	645	630	923
Rendimento de aplicação financeira	3.350	9.240	3.439	9.339
Ajuste a valor presente	13.990	(28.550)	13.990	(28.550)
Ajuste swap / mercado de derivativos	18.056	59.832	18.056	59.832
Outras receitas financeiras	1.608	2.011	1.608	2.011
	44.992	69.979	46.746	75.078
Resultado financeiro líquido	(124.983)	(172.402)	(126.746)	(173.013)

35 Instrumentos financeiros

De acordo com o andamento natural de seus negócios, a Companhia possui exposição a algumas perspectivas de risco, sendo em natureza de mercado (relacionados à oscilação das taxas de juros e variações cambiais), de crédito (relativo a suas vendas a prazo) e de liquidez (disponibilidade e acesso imediato a soluções de caixa). Seu devido gerenciamento reflete uma das principais responsabilidades da Administração.

A gestão de riscos da Companhia possui foco na imprevisibilidade dos mercados financeiros e busca mitigar potenciais consequências adversas no resultado financeiro, através da utilização de instrumentos de proteção que são integralmente reconhecidos em sua contabilidade e sem caráter especulativo. São adotadas estratégias operacionais na gestão de instrumentos financeiros a fim de gerar maior liquidez, segurança e rentabilidade por meio de constantes controles e rotinas de comparação entre as taxas contratadas e taxas de mercado.

A Companhia possui e segue uma política de gerenciamento de riscos que visa a contribuir para um equilíbrio padrão entre os seus objetivos de evolução e retorno e seu nível de exposição a riscos, mesmo que sejam inerentes ao próprio exercício das suas atividades ou decorrentes do contexto em que ela opera, de modo que, através da alocação efetiva dos seus recursos físicos, financeiros e humanos, a Companhia possa atingir suas metas estratégicas.

Os instrumentos financeiros são apresentados no balanço patrimonial pelo seu valor justo exceto quando mencionado, em conta de ativo ou passivo, conforme o valor justo represente um saldo positivo ou negativo e podem ser designados ou não designados para *hedge accounting*. As variações periódicas de seu valor justo são reconhecidas como receita ou despesa financeira no mesmo período em que ocorrem, exceto quando for designado e qualificado para *hedge accounting*.

a. Instrumentos Financeiros por categoria e evidenciação do valor justo

	Classificação por Nota categoria	Hierarquia do valor justo	Saldo contábil		Valor justo	
			2017	2016	2017	2016
Ativos financeiros mensurados ao valor justo						
Aplicações financeiras	Mantidos para 10 negociação	Nível 2	21.126	17.147	21.126	17.147
Swaps de taxa de câmbio designados para hedge accounting	Instrumentos de 22 hedge	Nível 2	-	7.064	-	-
			21.126	24.211	21.126	17.147
Ativos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Caixas e equivalentes de caixa	Empréstimos e 9 recebíveis	Nível 2	31.992	104.610	31.992	104.610
Contas a receber de clientes	Empréstimos e 11 recebíveis	Nível 2	1.043.321	833.577	1.043.321	833.577
Créditos com empresas ligadas	Empréstimos e 13 recebíveis	Nível 2	21.667	22.126	21.667	22.126
Outros créditos	Outros ativos 15 financeiros	Nível 2	12.128	21.262	12.128	21.262
Quotas de fundo de investimentos em direitos creditórios	Mantidos até o 18 vencimento	Nível 2	30.124	54.205	30.124	54.205
			1.108.108	988.639	33.795	43.388
Passivos financeiros mensurados ao valor justo						
Swaps de taxa de juros não designados para hedge accounting	Passivos financeiros ao valor justo	Nível 2	-	32.088	3.769-	32.088
Passivos financeiros não-mensurados ao valor justo						
Fornecedores	Outros passivos 21 financeiros	Nível 2	515.999	454.617	515.999	454.617
Empréstimos em moeda nacional	Empréstimos e 22 recebíveis	Nível 2	355.105	183.446	355.105	183.446
Empréstimos em moeda estrangeira	Empréstimos e 22 recebíveis	Nível 2	49.600	171.039	49.600	171.039
Empréstimos com partes relacionadas	Outros passivos 13 financeiros	Nível 2	59.110	66.909	59.110	66.909
Outras contas a pagar	Outros passivos 25 financeiros	Nível 2	48.712	40.201	48.712	40.201
			1.028.526	916.212	1.028.526	916.212

b. Mensuração do valor justo

Os valores justos estimados de ativos e passivos financeiros da Companhia foram determinados por meio de informações disponíveis no mercado e metodologias padronizadas de avaliação. Contudo, considerável julgamento foi requerido na interpretação dos dados de mercado, para produzir a estimativa do valor de realização mais adequada. Como consequência, as estimativas de valor justo acima não obrigatoriamente indicam os montantes que poderão ser realizados no mercado de troca corrente. O uso de diferentes metodologias de mercado pode ter um efeito material nos valores de realização estimados.

A Companhia mantém aplicações financeiras e contratos de swap registrados pelo valor justo, cujo processo de mensuração está classificado no Nível 2, conforme previsto no CPC 40 - Instrumentos Financeiros: Evidenciação.

c. Critérios, premissas e limitações utilizados no cálculo dos valores justos

Aplicações financeiras (equivalentes de caixa)

Os valores das aplicações financeiras registrados nas demonstrações financeiras como equivalentes de caixa se aproximam dos valores de realização, em virtude de as operações serem efetuadas a juros pós-fixados e apresentarem disponibilização imediata.

Empréstimos e Financiamentos

O valor justo dos financiamentos foi determinado com base no valor presente do principal e dos fluxos de caixa futuros, descontados pela taxa de mercado dos juros pré ou pós fixados, negociadas junto às instituições financeiras e apuradas na data de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia (vide nota explicativa nº 22).

Contratos de Swap

O valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é determinado com base no valor presente das taxas futuras nas datas de apresentação das demonstrações financeiras da Companhia. Tais informações também são confrontadas com aquelas prestadas pelas instituições financeiras envolvidas.

Contas a Receber, outros créditos, fornecedores e contas a pagar

Estima-se que o valor contábil é uma aproximação razoável do valor justo, considerando que as operações realizadas em geral não ultrapassam o limite do curto prazo

d. Hierarquia do valor justo

A hierarquia dos valores justos dos ativos e passivos financeiros registrados está demonstrada a seguir:

Nível 1

São preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos aos quais a entidade pode ter acesso na data de mensuração;

Nível 2

São informações, que não os preços cotados incluídos no nível 1, observáveis para o ativo ou passivo, direta ou indiretamente;

Nível 3

São informações não observáveis para o ativo ou passivo.

e. Gerenciamento de riscos financeiros

Riscos de crédito

A Companhia está exposta ao risco de crédito, principalmente de clientes e de instituições financeiras, decorrente de suas operações comerciais e da administração de seu caixa. Tais riscos consistem na possibilidade de não recebimento de vendas efetuadas e de valores aplicados, depositados ou garantidos por instituições financeiras.

A Companhia possui uma política de crédito que tem por objetivo estabelecer procedimentos na concessão de crédito em operações comerciais compatível com o nível de qualidade, agilidade e segurança exigidos.

A determinação do limite ocorre por meio de análise de crédito, considerando: (i) informações cadastrais; (ii) informações econômico-financeira; (iii) histórico de compras e pagamento; (iv) informações restritivas de mercado, gerando uma modelagem de risco de crédito da rating para cada cliente.

A Companhia apresenta uma carteira de recebíveis bastante pulverizada, distribuída entre 4.446 (4.209 em 2016.) clientes ativos, não havendo, portanto, concentração relevante de valores que coloque em risco a liquidez da carteira.

A Companhia continua contratando seguro de crédito com a seguradora AIG até 31/07/2018, além de exigir garantias em suas operações comerciais e como ferramenta de mitigação de risco.

Atualmente, a Companhia possui provisão para perda no valor recuperável de contas a receber de clientes, no montante de R\$ 29.166 (R\$ 42.452 em 2016).

A Companhia também está sujeita a risco de crédito oriundo de suas aplicações financeiras e, para mitigar tais riscos, diversifica a sua exposição entre instituições financeiras de primeira linha.

Riscos de liquidez

O risco de liquidez é representado pela possibilidade de insuficiência de recursos líquidos para honrar os compromissos financeiros da Companhia, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

O risco de liquidez da Companhia é gerenciado de forma sistemática através de instrumentos de medição e monitoramento de liquidez como a projeção do fluxo de caixa para o período de 12 meses e o acompanhamento dos indicadores corporativos de liquidez. A partir deste monitoramento, a Companhia traça estratégias para otimização das disponibilidades, redução de capital de giro e ampliação das fontes de financiamento.

As principais fontes de financiamento utilizadas pela Companhia concentram-se no próprio volume de recursos oriundos da comercialização de seus produtos, dos valores recebidos a título mútuo de partes relacionadas, de fontes tradicionais de financiamento bancário de curto e longo prazo e, ainda, de operações de securitização de recebíveis.

Os cronogramas de pagamento das parcelas de longo prazo dos empréstimos e financiamentos estão apresentados na Nota Explicativa nº 22.

Risco cambial

Os resultados da Companhia estão suscetíveis a variações significativas em função dos efeitos da volatilidade da taxa de câmbio sobre os ativos e passivos atrelados a moedas estrangeiras, principalmente ao dólar norte-americano, decorrentes de recebíveis, importações de matérias-primas, financiamentos bancários e mútuos com partes relacionadas.

Como estratégia para minimizar os efeitos da flutuação da taxa de câmbio nos resultados, a Companhia procura reduzir o descasamento entre ativos e passivos indexados em moeda estrangeira, seja através da proteção cambial natural de operações ativas e passivas, seja através da contratação de operações de instrumentos financeiros derivativos.

Nesse sentido, há Política de *Hedge* tem os objetivos principais ligados à preservação de rentabilidade da Companhia contra potencial desvalorização cambial através de contratação instrumentos financeiros.

A gestão dos instrumentos financeiros é efetuada pelo Comitê de Mensal de Risco em consonância com as Políticas de *Hedge*. O Comitê estabelece as diretrizes, limites e acompanha os controles, incluindo os modelos matemáticos adotados para o monitoramento contínuo das exposições cambiais e possíveis impactos financeiros, além de coibir a exploração de operações de natureza especulativa com instrumentos financeiros.

A Política prevê a proteção mínima de 80% da exposição líquida dos passivos e ativos da Companhia através de operações de NDF, Futuro BM&F, *Call Option*, *Put Option*, *Collar*, *Swaps*, que sempre devem ser aprovadas pelo Comitê de Mensal de Risco. Instrumentos derivativos adicionais e níveis de proteção abaixo do exigido por política devem ser aprovados no Comitê Mensal. A conformidade da Política é reforçada através da elaboração de relatórios diários com a exposição cambial, posição detalhada de derivativos e marcação a mercado das operações.

A Companhia mantém, ainda, uma operação de *hedge* denominada *cross currency interest rate swap* (CCIRS) para fixar em Reais os custos relacionados aos financiamentos de longo prazo em moeda estrangeira (Dólar), sem intenção de liquidação antecipada. A relação entre o derivativo e o empréstimo foi designada como *hedge* de fluxo de caixa para que os efeitos desta proteção sejam reconhecidos simultaneamente no resultado no momento da liquidação.

A exposição da Companhia ao risco de moeda estrangeira foi a seguinte - base em valores nominais:

	2017	2016-USD
Ativos		
Contas a receber	71.721	44.263
Empréstimos concedidos - Partes relacionadas	5.194	4.981
	76.915	49.244
Passivos		
Fornecedores circulante	(55.987)	(48.188)
Fornecedores - Partes relacionadas	(25.504)	(27.012)
Empréstimos e financiamentos	(15.843)	(27.712)
Empréstimos - Partes relacionadas	(22.973)	(20.433)
Fornecedores não circulante	-	(4.632)
Passivos	(120.307)	(127.977)
Hedges e swaps	47.600	67.555
Exposição líquida	4.208	(11.178)

Análise de sensibilidade - Risco cambial

Em 31 de julho de 2017, a Companhia encerrou o exercício com uma exposição líquida ativa ao risco de câmbio no montante de U\$ 4.208 (U\$ 11.178 em 2016) e o dólar encerrou com cotação de R\$ 3,1307 (R\$ 3,2390 em 2016).

Considerando a manutenção da exposição cambial líquida no mesmo nível de 2017, o efeito líquido da valorização do dólar em relação ao real para três cenários distintos seria:

Risco: alta do dólar	Cenários			
Saldo em 31.07.17	Provável USD	Possível USD + 25%	Remoto USD + 50%	
USD mil	3,1307	3,913375	4,69605	
Exposição antes de hedges e swaps	(43.392)	(135.846)	(203.769)	
Hedges & Swaps	47.600	149.021	223.532	
Exposição passiva líquida	4.208	13.175	19.763	
Efeito líquido estimado no resultado financeiro (perda)		3,294	6.588	

Risco: alta do dólar	Cenários			
	Saldo em 31.07.16	Provável USD	Possível USD + 25%	Remoto USD + 50%
USD mil		3,2390	4,04875	4,8585
Exposição antes de hedges e swaps	(78.733)	(255.015)	(318.769)	(382.524)
Hedges & Swaps	67.555	218.811	273.514	328.216
Exposição passiva líquida	(11.178)	(36.204)	(45.255)	(54.308)
Efeito líquido estimado no resultado financeiro (perda)			(9.051)	(18.104)

Riscos da taxa de juros

Este risco surge da possibilidade de existirem oscilações relevantes nas aplicações financeiras, empréstimos e financiamentos captados no mercado e indexados a taxas de juros variáveis (CDI e TJLP).

Em 31 de julho de 2017, o cenário de exposição atrelado a estas taxas totalizava o montante líquido ativo de R\$ 330.168. A análise de sensibilidade levou em consideração

	2017	2016
Ativos financeiros	18.002	80.629
Passivos financeiros	(348.170)	(160.182)
Risco líquido total	330.168	79.553

A análise de sensibilidade considera a exposição líquida das aplicações financeiras atreladas à CDI no valor de R\$ 18.002, deduzido do saldo dos empréstimos e financiamentos também atrelados a CDI e, ainda, o saldo atrelado à TJLP no valor de R\$ 8.739 em 2017. Tal análise leva em consideração três cenários, onde o cenário provável reflete a previsão do mercado para a taxa de juros futura e os cenários possível e remoto consideram a deterioração na variável de risco em 25% e 50%, respectivamente.

Na avaliação da Administração, a redução de 25% e 50% no CDI e na TJLP trariam um impacto negativo ou positivo de R\$ 633 e R\$ 1.989, respectivamente, no resultado financeira da Companhia.

Levando em consideração o atual cenário econômico nacional e, tendo em vista as projeções de mercado para o comportamento das taxas Selic e TJPL, a Administração da Companhia entende como moderado o risco de variações materiais nestas taxas para o próximo exercício.

<i>Análise de Sensibilidade</i>	Saldo Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto
Total Ativos Financeiros	R\$ 18.002	R\$ 18.002	R\$ 18.065	R\$ 18.098	R\$ 17.998	R\$ 17.964
Total Passivos Financeiros	<u>R\$ 348.170</u>	<u>R\$ 348.170</u>	<u>R\$ 350.268</u>	<u>R\$ 351.656</u>	<u>R\$ 347.540</u>	<u>R\$ 346.219</u>
Risco Líquido Total	<u>R\$ 330.168</u>	<u>R\$ 330.168</u>	<u>R\$ 332.203</u>	<u>R\$ 333.558</u>	<u>R\$ 329.542</u>	<u>R\$ 328.255</u>
Impacto no P&L			R\$ 2.035	R\$ 3.390	(R\$ 626)	(R\$ 1.913)

<i>Análise de Sensibilidade 2016</i>	Saldo Contábil	Cenário Provável	Cenário Possível	Cenário Remoto	Cenário Possível	Cenário Remoto
Total Ativos Financeiros	R\$ 80.629	R\$ 80.629	R\$ 81.046	R\$ 81.453	R\$ 80.202	R\$ 79.763
	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$	R\$
Total Passivos Financeiros	<u>160.183</u>	<u>160.183</u>	<u>160.688</u>	<u>161.197</u>	<u>159.680</u>	<u>159.182</u>
Risco Líquido Total	<u>R\$ 79.554</u>	<u>R\$ 79.554</u>	<u>R\$ 79.642</u>	<u>R\$ 79.744</u>	<u>R\$ 79.478</u>	<u>R\$ 79.419</u>
Impacto no Resultado 2016			(R\$ 88)	(R\$ 190)	R\$ 75	R\$ 135

Gestão de capital

Os objetivos da Administração na gestão do capital da Companhia são os de salvaguardar a capacidade de retorno ao acionista e manter uma sólida base de capital para ampliar a confiança do investidor, do credor e do mercado além de possibilitar o desenvolvimento do negócio.

A Administração monitora o capital, através da análise de sua situação financeira, por entender que este indicador reflete de forma mais adequada o nível de endividamento da Companhia e da capacidade de pagamento.

A dívida da Companhia para relação ajustada do capital ao final do exercício é apresentada a seguir:

	2017	2016
Total dos empréstimos e financiamentos	419.180	398.562
(-) Caixa e equivalentes de caixa	(36.429)	(106.370)
Dívida líquida	<u>382.751</u>	<u>292.192</u>
 Total do patrimônio líquido	 <u>628.199</u>	 <u>585.648</u>
 Relação dívida líquida sobre patrimônio líquido (%)	 <u>60,93%</u>	 <u>49,89%</u>

A variação do índice de alavancagem financeira é representada pela razão entre dívida líquida e patrimônio líquido. O indicador ao final de 2017 foi de 60,93% (49,89% em 2016). O aumento apontado neste indicador deu-se, principalmente, pelo acréscimo no nível de endividamento da Companhia para utilização nas operações.

36 Reconciliação da alíquota efetiva do imposto de renda e contribuição social correntes

A composição da despesa do imposto de renda e contribuição social corrente debitada no resultado da Companhia é demonstrada como segue:

	Controladora	
	2017	2016
Lucro antes do imposto de renda e contribuição social	84.752	36.447
Imposto de renda e contribuição social pelas alíquotas fiscais combinadas de 25% e 9%	28.816	12.392
Adições temporárias e permanentes		
Provisão para rebates	10.225	4.273
Variação cambial	7.283	-
Provisão de fretes	927	1.123
Ajuste a valor presente sobre receita de vendas	7.766	7.488
Ajuste a valor presente sobre fornecedores	2.340	2.150
Outras adições	-	274
	28.541	15.308
Exclusões temporárias e permanentes		
Ajuste a valor presente de clientes	(5.059)	(4.228)
Ajuste a valor presente sobre custos	(2.343)	(2.117)
Reversão provisão ao valor recuperável do contas a receber	(8.689)	(171)
Provisão rebates	(10.471)	(4.898)
Variação cambial	-	(20.273)
Depreciação Lei 11.638/07	(871)	(967)
Juros capital próprio	(6.663)	-
Provisão para perda de ativo	(3.380)	-
Outras exclusões	(3.513)	-
Provisão para devoluções	-	(1.658)
	(40.989)	(34.312)
Imposto de Renda e Contribuição Social diferido sobre lucro	(10.578)	10.578
Efeito da compensação de 30% prejuízos fiscais	(1.737)	(390)
Isenção do incentivo do PAT	(25)	(22)
Efeito do adicional de 10% cálculo do imposto de renda	(31)	(10)
Efeito do lucro da exploração	(516)	(326)
Outros	-	(2.667)
	(12.887)	7.163
Imposto de renda e contribuição social no resultado	3.481	551
Alíquota efetiva	4,108%	1,51%

37 Cobertura de seguros

A Companhia adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes considerados suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade.

38 Evento Subsequente

A Companhia aderiu, em setembro de 2017, ao Programa Especial de Regularização Tributária (PERT), utilizando-se dos benefícios advindos da Medida Provisória nº 783/2017.

Os débitos incluídos no programa referem-se a débitos previdenciários, autuações fiscais e compensação de débitos tributários federais com créditos em discussão administrativa, cujos valores encontram-se abaixo detalhados:

Valor Original	Juros	Multa de Ofício	Multa de Mora	Valor Corrigido
R\$ 4.118	R\$ 6.389	R\$ 1.440	R\$ 812	R\$ 12.759

No processo de adesão ao PERT, a Companhia, consistente com seu objetivo de eliminar incertezas, estornou algumas compensações de tributos cujos procedimentos estavam em discussão pela Receita Federal do Brasil, reabrindo os passivos objeto das compensações, e reconheceu os débitos dos autos de infração sob defesa. Todo esse procedimento foi efetuado em consonância com a opinião dos advogados que assessoram a companhia nos respectivos processos, por meio de suas opiniões acerca da probabilidade de êxito de cada um.

Na adesão ao programa, a Companhia desistiu das respectivas ações administrativas de contestação dos débitos e obteve uma economia tributária de R\$ 6.360 em razão das reduções de 50% das multas de mora e de ofício e de 90% dos juros de mora previstas na Medida Provisória, além de utilizar uma parte do seu prejuízo fiscal e base negativa de CSLL na liquidação dos débitos.

Os seguintes valores foram utilizados na compensação: R\$ 16.005 de prejuízo fiscal e R\$ 16.005 de base negativa de CSLL.

Todas as exigências previstas na legislação foram atendidas quando da opção pela adesão ao programa, restando a homologação do encerramento dos processos pela Receita Federal do Brasil, procedimento que ocorrerá por ocasião da consolidação.

* * *

Composição do Conselho de Administração

Greg Hunt
Presidente

Conselheiros:
Elbert Prado
Marcos Couto Gaio
Greg Hunt
Paul Andrew Binfield

Composição da Diretoria

Marcos Couto Gaio
Diretor - Presidente da América Latina

Ivan Bittencourt de Araújo e Silva Filho
Diretor Financeiro da América Latina

Luciano Torres Daher
Diretor Presidente do Brasil

Celso Luis Lara Macedo
Diretor de Soluções de Portifólio da América Latina

Gilberto Bento Schiavinato
Diretor de Marketing da América Latina

Cyro Eduardo Pecora Júnior
Diretor de Operações da América Latina

Zilmar Monteiro Lima
Contadora CRC CE 021224/O